

Revista **Mulheres e Diversidade**

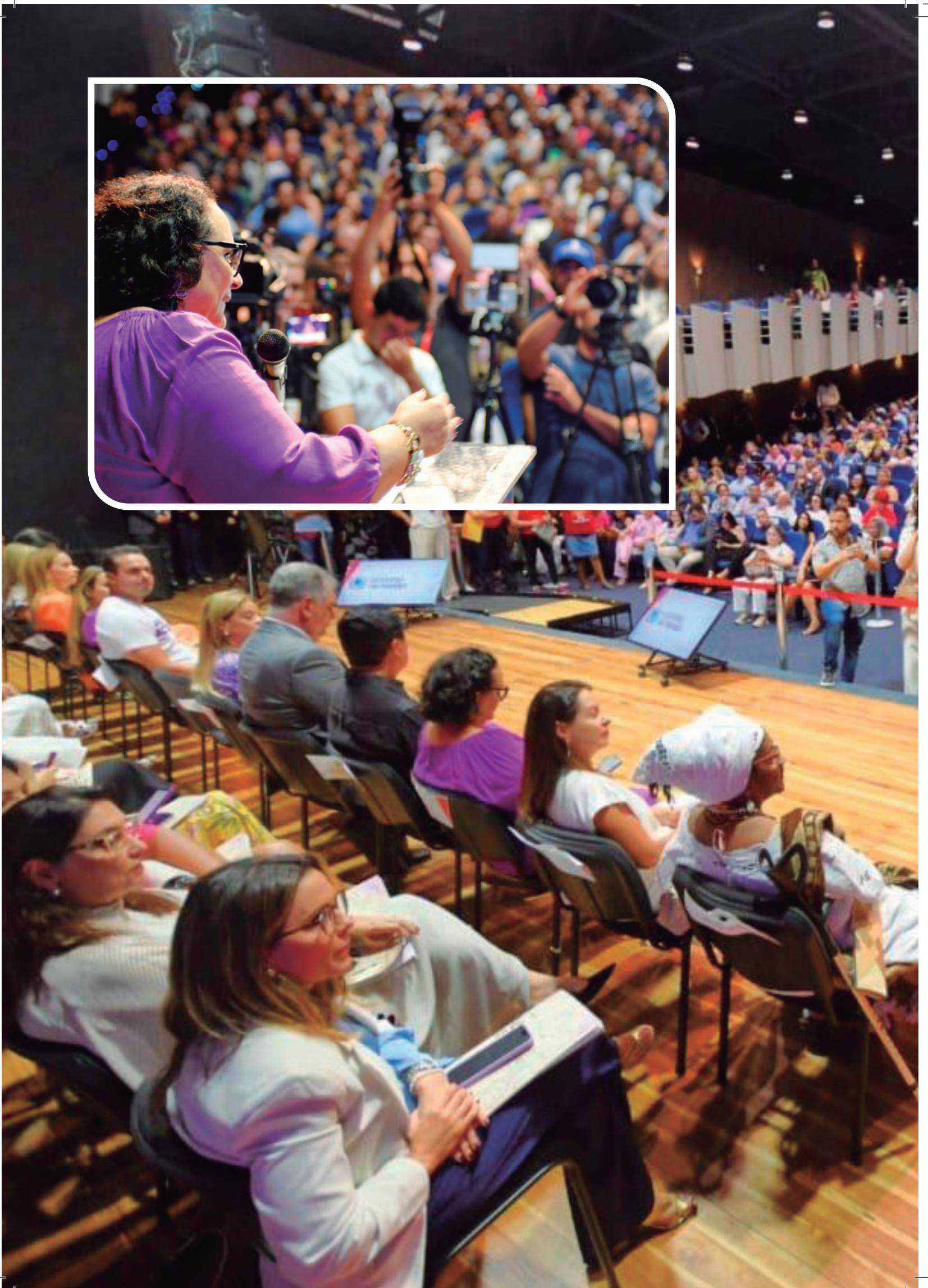
Gestão
2019-2025

Secretaria das Mulheres e da Diversidade Humana da Paraíba - SEMDH-PB

...MBA QUE AVANÇA
...DOS DIREITOS DA
...LGBTQIAPNB



Mulheres, diversidade e direitos humanos:
construindo igualdade e transformação







Registro de um tempo em que a diversidade se afirmou como política de Estado

Encerrar um ciclo é sempre um exercício de memória e responsabilidade. Ao folhear estas páginas, não vejo apenas programas, decretos, números ou equipamentos públicos implantados. Vejo pessoas. Vejo histórias que se entrelaçam com a construção de uma política pública que decidiu, com coragem, colocar as mulheres e a diversidade humana no centro da gestão.

Quando assumimos a Secretaria das Mulheres e da Diversidade Humana, sabíamos que não bastava manter apenas estruturas: era preciso ampliar horizontes. Era necessário transformar a diversidade em política de Estado, consolidar direitos, fortalecer redes e afirmar que igualdade não é retórica – é compromisso permanente.

Ao longo destes anos, a SEMDH cresceu em estrutura, orçamento, capilaridade e capacidade de incidência. Consolidamos uma gestão intersetorial, articulada com a saúde, educação, segurança pública, assistência social, cultura, sistema de justiça e municípios, compreendendo que nenhuma política de direitos se sustenta de forma isolada. A transversalidade deixou de ser discurso e tornou-se método de governo.

Essa abordagem ampliou nossa presença no território. Interiorizamos serviços, expandimos a Patrulha Maria da Penha para 130 municípios, fortalecemos os Organismos de Políticas para Mulheres, estruturamos centros de referência, consolidamos protocolos pioneiros de enfrentamento ao feminicídio, ampliamos políticas para a população LGBTQIAPNb+, para a igualdade racial e para os direitos humanos. Chegamos ao Sertão, ao Cariri, ao Brejo, às comunidades tradicionais e aos espaços institucionais com a mesma convicção: direitos precisam ter capilaridade para se tornarem reais.

Um marco simbólico e estrutural dessa trajetória foi a conquista da sede própria na Avenida João da Mata. A recuperação do casarão histórico que hoje abriga o Palácio Lilás representa mais do que uma mudança física: é a materialização de uma política que saiu de um espaço quase invisível para ocupar um lugar de referência, centralidade e dignidade institucional. O Palácio Lilás tornou-se espaço de acolhimento, articulação e afirmação pública de direitos. Foi um grande passo: sair da invisibilidade para afirmar presença.

Essa construção também se deu em diálogo permanente com o Governo Federal, especialmente com o Ministério das Mulheres, e com organismos internacionais como a ONU, além de redes e fóruns nacionais

e globais. Levamos a experiência da Paraíba a espaços como a Comissão sobre o Status da Mulher (CSW), debatemos políticas de cuidado e justiça climática em articulação com parceiros internacionais e fortalecemos compromissos alinhados às agendas globais de igualdade e direitos humanos. Aprendemos, trocamos e reafirmamos que o local e o global caminham juntos quando o tema é mulheres e diversidade. Nada disso foi obra individual.

Foi uma construção coletiva. Foi trabalho técnico qualificado. Foi articulação política responsável. Foi escuta ativa da sociedade civil. Foi um diálogo interinstitucional permanente. Agradeço profundamente a cada servidora e servidor da SEMDH, às gerentes, coordenadoras e equipes técnicas que sustentaram, no cotidiano, o compromisso com a ética, o cuidado e a competência.

Registro meu reconhecimento ao governador João Azevêdo, cuja visão administrativa e compromisso com a inclusão garantiram respaldo político, orçamento robusto e autonomia técnica para que esta secretaria avançasse. Agradeço aos parceiros institucionais, ao Ministério das Mulheres, aos organismos internacionais, às universidades, movimentos sociais e conselhos que caminharam conosco na construção dessa agenda.

Encerramos este ciclo com a consciência de que muito foi feito e de que a política pública é sempre um processo em movimento. Direitos não são concessões: são fundamentos da democracia. Que esta revista seja mais do que uma retrospectiva. Que seja memória viva, registro de um tempo em que a diversidade se afirmou como política de Estado e inspiração para que os próximos passos sigam ampliando justiça, equidade e humanidade.

Seguimos.

Lídia Moura

Secretária das Mulheres e da Diversidade Humana – Paraíba
Gestão 2019-2025

Quando a política pública ganha corpo, território e sentido

Sete anos de construção coletiva de uma SEMDH que transformou a questão de gênero e diversidade em política de Estado

Acompanhar a Secretaria das Mulheres e da Diversidade Humana da Paraíba desde 2019 é, para mim, atravessar uma linha do tempo feita de memória, construção política e compromisso ético com os direitos humanos. São muitos os registros afetivos e profissionais de uma política pública que, ao longo dos anos, deixou de ser tímida e fragmentada para se tornar robusta, transversal e reconhecida nacional e internacionalmente.

Lembro bem das transformações simbólicas e concretas que marcaram este percurso. A mudança de imagem institucional da SEMDH, cuidadosamente construída durante a gestão da secretária Lídia Moura, encontrou expressão também no espaço físico: uma nova sede, em um lugar histórico, de frente para a balaustrada, que passou a representar abertura, presença e visibilidade. Ali, a política ganhou corpo, território e sentido.

Foi nesse chão que nasceram e se consolidaram serviços e programas que hoje são referência: a Patrulha Maria da Penha, a Casa Cris Nagô, o Museu da Diáspora Negra, os Centros de Referência, os programas de autonomia econômica, os protocolos e guias que orientam o enfrentamento às violências. Cada uma dessas iniciativas carrega o trabalho de muitas mãos, o diálogo intersetorial e a escuta ativa da sociedade civil.

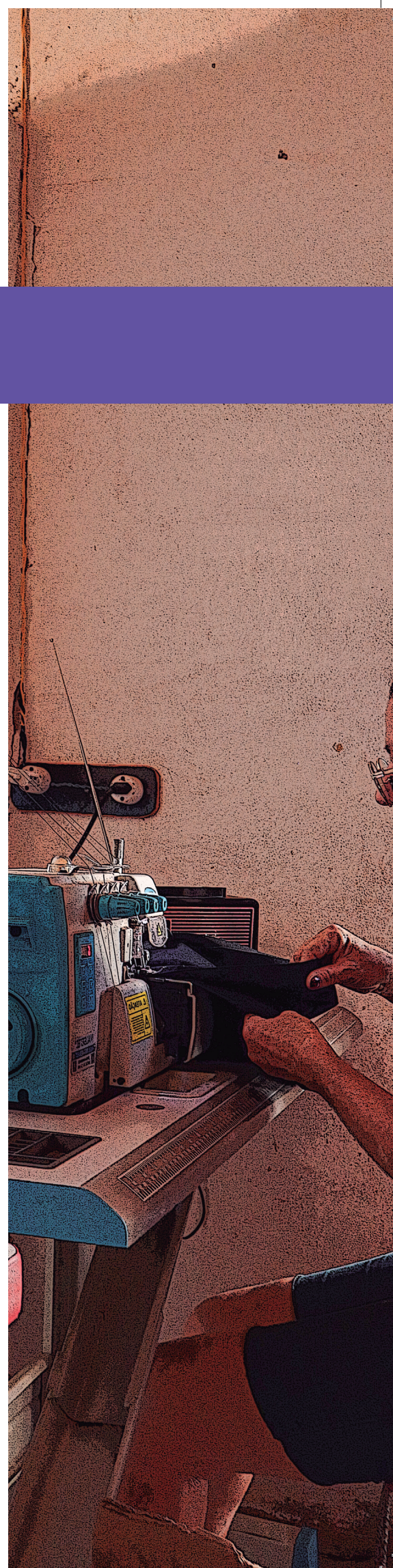
Ao longo desses seis anos, vimos a SEMDH avançar de um discurso ainda cauteloso para uma política pública com orçamento superior a 30 milhões de reais, estrutura técnica qualificada e capacidade de incidência real sobre a vida das pessoas. Uma política feita com coragem, decisão política e visão estratégica, sustentada pelo compromisso do governador João Azevêdo e pela liderança firme e sensível da secretária Lídia Moura.

Esta retrospectiva registra como as agendas de gênero, igualdade racial, direitos LGBTQIAPNB+ e direitos humanos foram construídas, institucionalizadas e implementadas na Paraíba. Mais do que um balanço administrativo, este é um documento de memória pública: um tempo em que muito aconteceu - com bravura, articulação política e a convicção de que direitos não são concessões, mas dever do Estado.

Ao percorrer estas páginas, o(a) leitor(a) encontrará dados, marcos legais, relatos, entrevistas e experiências que revelam uma SEMDH que transformou, resistiu e produziu futuro. Que este registro inspire novas gestões, fortaleça a memória institucional e reafirme a importância de políticas públicas comprometidas com a diversidade para a democracia.

JANAÍNA ARAÚJO

Comunicação – Secretaria das Mulheres e da Diversidade Humana da Paraíba





“Uma política feita com coragem,
decisão política e visão estratégica,
sustentada pelo compromisso do
governador João Azevêdo e pela
liderança firme e sensível da
secretária Lídia Moura.”



Política para as mulheres avança

com interiorização e fortalecimento da rede

A política para as mulheres na Paraíba passou por um processo de consolidação e expansão que ampliou a presença do Estado no território e fortaleceu a Política Estadual para as Mulheres na Paraíba. A gerente de Gênero da SEMDH, Joyce Borges, destaca que o período foi marcado por institucionalização, capilaridade e qualificação técnica das ações. "Foi um ciclo de consolidação e expansão. A política deixou de estar concentrada na capital e passou a ter presença efetiva no interior", afirma.

Um dos marcos mais expressivos foi a ampliação dos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs), que passaram de 17 para mais de 129 municípios. Segundo Joyce, esse avanço representa mais do que crescimento numérico. "Significa interiorização da política pública, estruturação de equipes municipais e inserção da pauta das mulheres no planejamento local. É o fortalecimento da base da política para mulheres".

O Selo Social "Prefeitura Parceira das Mulheres" também foi estratégico nesse processo, ao estimular os municípios a estruturarem organismos próprios, estabelecer metas e institucionalizar políticas permanentes.

Instituído pelo Decreto Estadual nº 39.307, publicado em 20 de julho de 2019, o selo tem como objetivo estimular e reconhecer ações das prefeituras voltadas à promoção dos direitos das mulheres, à igualdade de gênero e ao enfrentamento da violência. Atualmente em sua quinta edição, a iniciativa é em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento e da Articulação Municipal (SE-DAM) e a Federação das Associações de Municípios da Paraíba (FAMUP).



"Um dos marcos mais expressivos foi a ampliação dos Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs), que passaram de 17 para mais de 129 municípios"

Guia da rede de enfrentamento e atendimento à violência doméstica e sexual na Paraíba



Acesse o Guia da Rede de Enfrentamento e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Sexual na Paraíba, elaborado pela SEMDH, e conheça os serviços e equipamentos que compõem a rede de proteção no estado.



CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER DE CG

CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER EM SUMÉ

Rede de proteção estruturada

A consolidação dos Centros de Referência da Mulher de Campina Grande e Sumé, da Casa Abrigo Aryane Thais e da Casa de Acolhida Provisória do Sertão ampliou a capacidade de resposta do Estado, especialmente no interior. “No Sertão, a Casa de Acolhida representa um avanço estratégico. Ela transforma o direito à proteção em uma resposta concreta e regionalizada”, destaca.

Enquanto os Centros de Referência funcionam como porta de entrada qualificada com atendimento psicológico, jurídico e social, a Casa Abrigo atua nos casos de alto risco, garantindo proteção integral e sigilosa. “Sem esses equipamentos, a política ficaria fragmentada. Com eles, conseguimos atuar na prevenção à proteção e à autonomia.”



ATENDIMENTOS REALIZADOS ENTRE 2019 E 2025

CRIAMC Centro de Referência Intermunicipal de Atendimento às Mulheres do Cariri	Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes	CASA ABRIGO ARYANE THAYS	
2.651 atendimentos realizados	11.694 atendimentos realizados	158 mulheres acolhidas	385 pessoas abrigadas no total
1.066 mulheres atendidas	1.005 mulheres atendidas	227 dependentes protegidos	13.670 atendimentos realizados

Autonomia econômica como proteção

A política também avançou na promoção da autonomia financeira das mulheres. O programa Empreender Mulher ampliou o acesso ao crédito com condições facilitadas, especialmente no interior. “Independência financeira é fator de proteção. Combate

à violência também exige inclusão produtiva”, afirma a gerente de Gênero da SEMDH, Joyce Borges.

A linha de crédito permitiu que mulheres iniciassem ou ampliassem pequenos negócios, fortalecendo a economia local e reduzindo vulnerabilidades.

Dignidade menstrual

O Programa Dignidade Menstrual, instituído por Lei Estadual nº 12.048/2021, ampliou o enfrentamento à pobreza menstrual por meio de atuação integrada com educação, administração penitenciária e direitos humanos. “Tratamos a pobreza menstrual como questão de dignidade, equidade e justiça social. Não é apenas distribuição de absorventes, é garantia de direitos fundamentais”, ressalta. A política passou a ser contínua e intersetorial, alcançando populações em situação de maior vulnerabilidade.

Marcos legais e institucionalização

A produção de protocolos, guias técnicos e campanhas permanentes também foram fundamentais para consolidar a política como ação de Estado. “O Protocolo do Feminicídio, por exemplo, padroniza procedimentos e qualifica a resposta institucional. A política deixa de depender da sensibilidade individual e passa a ter base normativa e técnica”, explica. A adesão à Política Nacional de Cuidados e a produção de instrumentos com perspectiva de gênero fortaleceram a estabilidade das ações e reduziram riscos de descontinuidade.

Mulheres e mudanças climáticas

A incorporação da pauta Mulheres e Mudanças Climáticas ampliou o alcance estratégico da política. “Não há justiça climática sem justiça de gênero. As mulheres são diretamente impactadas pela crise ambiental, mas também são protagonistas nas soluções”, afirma Joyce. A agenda conecta direitos humanos, sustentabilidade e desenvolvimento territorial, alinhando a política estadual aos debates nacionais e internacionais.

Aprendizados da pandemia

A pandemia trouxe desafios inéditos, mas também deixou aprendizados permanentes. A digitalização de atendimentos, a ampliação de canais remotos e a pactuação para abrigamento provisório fortaleceram a capacidade de resposta da Secretaria. “Violência, renda, saúde mental e cuidado estão interligados. A pandemia mostrou que políticas para mulheres precisam ser intersetoriais e flexíveis”, avalia. Para Joyce Borges, o período 2019–2025 representa um momento de maturidade institucional. “Saímos de ações fragmentadas para uma estrutura articulada, permanente e baseada em direitos humanos. A política de gênero ganhou território, capilaridade e estabilidade.”



Joyce Borges, gerente Executiva de Gênero da SEMDH

“Saímos de ações fragmentadas para uma estrutura articulada, permanente e baseada em direitos humanos. A política de gênero ganhou território, capilaridade e estabilidade.”

JOYCE BORGES - Gerente Executiva de Gênero da SEMDH

Paraíba é o primeiro Estado a aderir ao Plano Nacional de Cuidados

A Paraíba tornou-se o primeiro estado do país a aderir oficialmente ao Plano Nacional de Cuidados, política pública que reconhece o cuidado como um direito fundamental, um trabalho essencial para a sustentação da vida e um bem público. A adesão representa um marco na promoção da igualdade de gênero, ao enfrentar a histórica sobrecarga do trabalho de cuidados atribuída às mulheres, especialmente às mulheres negras, pobres e periféricas.

No Brasil, o trabalho de cuidados, que envolve tarefas como cuidar de crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência e doentes, é majoritariamente realizado por mulheres e, em grande parte, de forma não remunerada ou precarizada. Ao assumir o compromisso, o Gover-

no da Paraíba fortalece uma agenda que busca redistribuir responsabilidades, ampliar serviços públicos e reconhecer o cuidado como eixo estruturante das políticas sociais.

Com a assinatura do Termo de Adesão, o estado se compromete a elaborar o Plano Estadual de Cuidados, com assistência técnica do Governo Federal, e a implementar ações concretas voltadas à população. A Paraíba já conta com iniciativas alinhadas à política nacional, como a implantação de cuidotecas na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e em João Pessoa, além da oferta de cursos do Programa Mulheres Mil + Cuidados nos Institutos Federais, ampliando oportunidades de formação e autonomia econômica para mulheres.

Diálogo direto com a desigualdade de gênero

Para a secretária, Lídia Moura, a adesão consolida o cuidado como uma pauta central da política pública e da luta por justiça social. “A política de cuidados dialoga diretamente com a desigualdade de gênero, porque são as mulheres que historicamente sustentam, de forma invisibilizada, o trabalho de cuidar. Quando o Estado assume essa responsabilidade, ele promove autonomia, reduz desigualdades e fortalece a vida das mulheres e das famílias. A Paraíba dá um passo importante ao colocar o cuidado no centro do projeto dedesenvolvimento”, destacou.

A primeira reunião técnica entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e o Governo da Paraíba evidenciou o preparo do estado para avançar na agenda. Segundo Maria Caro-

lina Alves, diretora do departamento da Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família (SNCF), a construção do Plano Estadual será conduzida de forma articulada e participativa.

“Construímos essa adesão desde 2025 e a Paraíba demonstrou domínio da Política Nacional de Cuidados e organização para a construção do Plano Estadual, que será coordenado pela Secretaria das Mulheres e da Diversidade Humana em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Humano, com estratégias claras de participação social, diagnóstico e mobilização dos municípios”, afirmou.

O protagonismo da Paraíba soma-se aos resultados da primeira fase de adesões do Plano Brasil que Cuida, que permanece aberta e já contabiliza a manifestação de interesse de 10 estados e 22 municípios, incluindo seis capitais.

Programa Integrado Patrulha Maria da Penha

O Governo da Paraíba consolidou como política pública permanente o Programa Integrado Patrulha Maria da Penha (PIPMP), com a sanção da Lei nº 14.198, de 30 de dezembro de 2025. Executado desde 2019, o programa passa a contar com base legal própria, fortalecendo a rede de proteção às mulheres em situação de violência doméstica em todo o estado.

Coordenado pela Semdh, em parceria com a Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba (Sesds) e o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), o programa integra Polícia Militar, Polícia Civil e Judiciário no monitoramento das Medidas Protetivas de Urgência previstas na Lei Maria da Penha. Com foco na prevenção, no acompanhamento sistemático e na articulação com a rede de atendimento, a Patrulha está presente em 130 municípios paraibanos, incluindo João Pessoa, Campina Grande, Guarabira e Cajazeiras ampliando para mais 21 na região de Patos, garantindo o alcance territorial da política de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Da concepção à consolidação

A coordenadora da Patrulha, Mônica Brandão, relembra que a estruturação começou ainda em fevereiro e março de 2019, já com a perspectiva de uma política de grande alcance. "Quando pensamos no programa, já pensamos grande. Ele nasceu integrado, reunindo Governo do Estado, Tribunal de Justiça e forças de segurança. A meta era chegar aos 223 municípios. A pandemia impôs desafios, mas não interrompeu o processo de consolidação."

O convite para levar a experiência ao âmbito estadual partiu da secretária Lídia Moura, a partir dos resultados obtidos anteriormente em João Pessoa, em parceria com a Guarda Civil Municipal. Nos primeiros cem dias de atuação, os resultados já demonstravam a eficácia da metodologia preventiva, especialmente quando integrada à Polícia Militar.

O programa começou com uma equipe reduzida formada por duas profissionais e foi ganhando estrutura, capilaridade e reconhecimento. Hoje, consolidado como política de Estado, representa um marco no enfrentamento à violência contra as mulheres na Paraíba.



Mônica Brandão, coordenadora estadual do PIPMP

Dados do Programa Integrado Patrulha Maria da Penha (2019–2025)

+900 mulheres inseridas no programa, zero feminicídio

● Total Atendimentos	● Rotas de Monitoramento
139.104	309.915
● Mulheres atendidas	● Prisões
4.718	275

* Dados consolidados da PIPMP até 12/12/2025

FEMINICÍDIO:

pacto coletivo e prevenção

Para Mônica Brandão, o enfrentamento ao feminicídio exige responsabilidade compartilhada. "O feminicídio não acontece de forma isolada. Ele é anunciado. Quando há sinais, é preciso intervenção coletiva. Não é apenas uma pauta de governo, é um compromisso ético da sociedade."

Em 2024, a Paraíba registrou 37 feminicídios. No mesmo período, cresceu também o número de mulheres acompanhadas pela Patrulha e de medidas protetivas ativas. A coordenadora defende uma leitura qualificada dos dados.

"Das mulheres assassinadas, a maioria não estava inserida na rede de proteção. Em 2024, apenas duas tinham medida protetiva. Ao mesmo tempo, havia cerca de 10 mil medidas válidas no estado. Isso mostra que a política funciona, mas precisamos alcançar quem ainda não acessa a rede."

Ela alerta para territórios com baixa notificação de violência doméstica, que podem indicar ausência de acesso às políticas públicas. "Onde não há denúncia, pode haver invisibilidade. Precisamos incidir nesses locais, fortalecer portas de entrada e garantir que as mulheres enxerguem a política como possibilidade real de proteção."

Rede, acolhimento e compromisso

A natureza preventiva é o principal diferencial do PIPMP. Nos casos acompanhados diretamente pelo programa, o índice de feminicídio é zero, resultado atribuído ao monitoramento contínuo, às visitas preventivas e à articulação permanente com o sistema de justiça e a rede de assistência.

"A mulher não sai sozinha de uma história de violência. É preciso rede familiar, comunitária ou institucional. O primeiro passo é o mais difícil, mas é fundamental. Nosso compromisso é garantir que ela encontre acolhimento e proteção", reforça a coordenadora.

Com a regulamentação, a Patrulha Maria da Penha deixa de ser apenas uma iniciativa exitosa e se consolida como política pública estruturante, assegurando continuidade, integração e compromisso permanente com a vida das mulheres paraibanas.



COMANDO ESTADUAL

Major Gabriela Jácome

Comandante estadual do Programa Integrado Patrulha Maria da Penha (PIPMP) desde 2020, a major Gabriela Jácome destaca que a experiência da Paraíba se consolidou como referência nacional no enfrentamento à violência doméstica, sobretudo pela integração entre os órgãos.

Segundo ela, o diferencial do programa está no olhar interdisciplinar e preventivo. "Cerca de 90% das nossas ações são de policiamento preventivo. Em 2025, realizamos 94.094 rotas de monitoramento e registramos 52 prisões. Isso demonstra que a prevenção reduz a necessidade de intervenção."

A comandante também ressalta o aumento das visitas técnicas às residências, fortalecendo o vínculo com as mulheres e identificando vulnerabilidades antes que a violência se agrave. Para Gabriela, o legado da Patrulha vai além do cumprimento das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. "É uma política que fomenta a pauta nos municípios, fortalece a rede e mobiliza a sociedade. Esse é o nosso maior resultado."

Programa Empreender Mulher

Crédito e autonomia feminina na Paraíba

Percorremos estradas que ligam o litoral ao Sertão. Saímos de João Pessoa, cruzamos o litoral norte até a Baía da Traição (86 km), seguimos pelo Agreste e Cariri, avançamos quase 500 quilômetros até Cachoeira dos Índios. Cada cidade, um encontro. Cada encontro, uma história de permanência.

O fio condutor é o Programa Empreender Mulher, realizado pela SEMDH em parceria com o Empreender Paraíba. Entre 2019 e 2025, foram 1.383 contra-

tos firmados, somando R\$ 9.058.625,00 investidos em 68 municípios, o maior volume já destinado à linha.

Em tempos em que muitos falam de escassez, as mulheres que encontramos falam de interdependência, conceito que dialoga com o pensamento do filósofo americano Charles Eisenstein: sair de um modelo de separação para uma lógica de conexão e pertencimento. Aqui, crédito é ferramenta de autonomia e também de vínculo comunitário.

Mobilização que transforma

Em São Sebastião do Umbuzeiro, acompanhamos uma atividade conduzida pela gerente operacional de enfrentamento à pobreza da gerência de Gênero da Semdh, Maria Auxiliadora Silva, a Auxi. É ela quem apresenta o programa, mobiliza mulheres, articula documentação, acompanha o acesso e visita comunidades.

Em roda de conversa, sintetizou o propósito da política pública. "Este é um trabalho que realmente tem propósito. Está vinculado à retirada da mulher da pobreza e também da violência." Ali, o crédito não chega sozinho, vem acompanhado de orientação, escuta e presença do Estado.



Maria Auxiliadora, gerente operacional de Enfrentamento à Pobreza



Alexandra da Silva, costureira

Litoral Norte | Aldeia São Miguel – Baía da Traição

Na Aldeia São Miguel, território Potiguara, mãe e filha traduzem o impacto do programa em duas gerações. Alexandra da Silva, 43 anos, costureira, estudante de enfermagem e mãe de duas jovens, sempre viveu ali. Começou com uma máquina antiga, costurando na sala ou na cozinha, deslocando o equipamento pela casa. O crédito de R\$ 4.301,00 permitiu comprar uma máquina nova e construir um pequeno ateliê. A produção melhorou, a renda cresceu. Paralelamente, vende jantares na faculdade e trabalha com crochê nos eventos da aldeia.

Sua mãe, Maria José, 59 anos, conhecida como Maria de Nando, já revendia produtos, mas com estoque limitado. Com o recurso, ampliou a pequena loja na frente de casa. Também trabalha na feira, vendendo mangaba, coco e frutas da estação. O crédito fortaleceu o que já existia: trabalho, território e autonomia.

Litoral | Santa Rita – Residencial Luxemburgo

Em Santa Rita, no Residencial Luxemburgo, o portão gradeado de uma casa na Rua Luxemburgo funciona também como balcão. É ali que Maria Margarida de Lucena Brito, 67 anos, construiu uma nova etapa da própria história.

Mãe de quatro filhos, avó de dez netos e dez bisnetos, Dona Margarida mora sozinha há três anos. Chegou ao bairro após o divórcio, “às cegas”, como costuma dizer. Não conhecia ninguém. Recomeçou do zero.

Antes, tentou fazer um curso de empreendedorismo, mas não conseguiu concluir. Trabalhou com vendas informais ao longo da vida, sempre buscando alternativas de renda. Há cerca de dois anos, surgiu a oportunidade de acessar o Empreender Mulher. Inscreveu-se, participou da capacitação e foi contemplada com R\$ 7.500.

O recurso estruturou o pequeno negócio montado na própria residência: venda de açaí, picolés e lanches variados. Um freezer, utensílios, estoque inicial. O que era improvisado ganhou organização. “Eu gosto de empreender. É muito bom”, afirma, com convicção simples.



Margarida do Açaí, em Santa Rita

O reconhecimento veio rápido. Os vizinhos passaram a indicar. As crianças chamam pelo nome. Quem mora perto já sabe: é só bater na grade. Ela mesma conta, rindo: “O pessoal já vem direto. Vamos lá no açaí da Margarida.” Hoje, Dona Margarida é conhecida no bairro como “Margarida do Açaí”. A marca nasceu da rotina e do afeto. Não precisa mais sair para oferecer o produto. A clientela chega. “Quando cheguei aqui, não conhecia nada. Mas me respeitaram muito. Graças a Deus, me receberam bem”, relembra. O negócio não é apenas fonte de renda; é também vínculo comunitário.

Agreste | Bodocongó – Comunidade Cigana Lopes

No bairro de Bodocongó, em Campina Grande, visitamos a Comunidade Cigana Lopes, formada por cerca de 35 famílias. Ali, o trabalho é herança, identidade e sustento. Entre as mulheres que encontramos estão Gorete Pereira da Silva, Raiana Pereira da Silva, Paulina Figueiredo, Raiane Adelino Lopes, Rosana Valéria Soares Lopes e Roberta Lopes. Elas mantêm viva uma tradição que atravessa gerações: pintura em tela, crochê, pedraria, confecção de roupas e acessórios para dança.

Foi Roberta Lopes quem sintetizou o espírito do grupo. “A gente gosta de trabalhar com pintura em tela, artesanato, pedraria, rosa, acessório para roupa de dança. Isso vem dos mais velhos. Foi passando de um para outro. É nosso meio de sobrevivência. Não tem professor, não tem curso. Sempre existiu isso nas comunidades ciganas. Cada uma faz um pouco: uma faz crochê, outra pedraria, outra costura. É assim que a gente vive.” A produção é coletiva, mas o talento é diverso. Cada mulher tem sua especialidade, e o trabalho manual é também afirmação cultural.

O grupo acessou o crédito por meio da articulação com a gerente Auxi e o programa estadual de empreendedorismo. Doze mulheres da comunidade já foram contempladas; outras dez aguardam para também acessar o recurso. Roberta explica que “foi por meio da Secretaria das Mulheres que a gente conseguiu começar. Já deu pra comprar material, mas ainda falta coisa. A gente tá na batalha para que as outras mulheres acessem também.”



Cariri | Camalaú

De Campina Grande até Camalaú são 172 quilômetros. A paisagem vai mudando: o verde úmido do Agreste cede lugar ao semiárido do Cariri Ocidental, onde a terra quente e o vento constante moldam o ritmo da vida.

No município, 20 mulheres acessaram R\$119.300,00 por meio do Empreender Mulher, muitas delas quilombolas. São pequenos comércios, produção artesanal e capital de giro para fortalecer a agricultura familiar. Negócios que nascem dentro de casa e se expandem sem romper com o território.

Entre essas histórias está a de Alcineide Vitorino, costureira que trabalha com a produção de roupas de ginástica destinadas a comerciantes de Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco. Com o crédito, adquiriu uma nova máquina de costura, ampliando a capacidade de produção e garantindo maior qualidade às peças.

Recém-separada e após enfrentar um acidente de moto, Alcineide reorganizou a rotina entre a sala de costura e o cuidado com os filhos. A casa se divide en-



Alcineide Vitorino, costureira e agricultora mora em Camalaú

tre o barulho da máquina, os deveres escolares e o cuidado com a pequena roça que complementa a renda. “Eu estou aqui, com coragem, cuidando da costura e da roça”, diz, com serenidade. “A gente não pode perder a esperança.” No Cariri, empreender é resistência silenciosa. Não há espetáculo, mas há constância. Entre linhas, tecidos e o sol forte do semiárido, mulheres como Alcineide reafirmam diariamente o direito de permanecer e produzir onde nasceram.

Sertão | Sítio Cipó – Cachoeira dos Índios

No Sítio Cipó, comunidade quilombola da zona rural de Cachoeira dos Índios, a economia nasce do quintal e se sustenta na cooperação. As mulheres trabalham próximas umas das outras, compartilham equipamentos, trocam insumos e reafirmam, com tranquilidade firme, que não pretendem deixar suas terras.

Maricélia de Sousa, criou a sua própria marca de polpas de fruta Maricélia, e transformou a fruta da estação em estratégia de permanência. Com uma despulpadeira de cajá adquirida por meio do programa e um freezer obtido junto ao Banco do Nordeste, passou a processar o que antes era vendido *in natura*. A fruta ganhou valor agregado, prazo de validade e novos mercados. “Agora quero entrar no Programa de Aquisição de Alimentos e produzir mais”, diz, observando o novo equipamento na cozinha da sala.

Paula Monteiro, 38 anos, manicure que atende a domicílio, investiu o recurso na compra de uma motocicleta. A mobilida-



Maricélia de Sousa e seu equipamento comprado com recursos do Empreender Mulher

de ampliou a clientela e organizou a agenda. Ainda assim, ela mantém o próprio ritmo. “Faço três unhas por dia porque gosto de trabalhar com calma.” No Sertão, produtividade não é sinônimo de pressa. É tranquilidade para viver mais.

Maria de Jesus dos Santos, 63 anos, esposa de Mazinho, liderança local, investiu na produção de alimentos e na compra de material para artesanato, fortalecendo a economia interna da comunidade. Neidismar Monteiro das Neves, 44, mãe de três filhos e responsável por dois sobrinhos após a



Paula Monteiro, manicure delivery na comunidade quilombola Monteiro

morte da irmã, aplicou R\$ 5 mil no salão de beleza e já planeja investir em cursos de tranças e penteados para noivas, ampliando o portfólio de serviços.

Maria Mateus, 45 anos, direcionou o crédito à criação de animais: comprou porcos, pintos e construiu um chiqueiro. Cada porco é vendido a R\$ 350; a dúzia de ovos, a R\$ 12; galinhas variam entre R\$ 60 e R\$ 70. A renda circula dentro da própria região. "Estou animada. Ter uma renda com o plantio e a criação ajuda muito", afirma.

Rossana dos Anjos da Silva, 37, nascida e criada na comunidade, investiu R\$ 5 mil no próprio negócio. Concilia o trabalho em hospital público com vendas complementares de lençóis e bolsas. "Tenho pedido certo, e os aposentados gostam muito", conta, demonstrando que a clientela se constrói com confiança.

Laurienege dos Santos Belém, 37 anos, divide-se entre agricultura, cuidados com a casa e a produção de coxinhas e salgados para festas e aniversários. A cozinha se transforma em unidade produtiva nos fins de semana. No Sítio Cipó, múltiplas jornadas são regra. Múltiplas fontes de renda também. O que une essas mulheres não é apenas o acesso ao crédito, mas a decisão coletiva de permanecer. No Sertão, empreender é continuar com dignidade, autonomia e pertencimento.

Diversidade e alcance

O Empreender Mulher alcançou comunidades indígenas em Baía da Traição, quilombolas em Cachoeira dos Índios, mulheres ciganas em Sousa e Conrado, marisqueiras e pescadoras em Pitimbu, além de iniciativas urbanas em João Pessoa e Campina Grande.

São 68 municípios integrados por uma mesma lógica: autonomia feminina como política de desenvolvimento.

Dados do Empreender Mulher (2019–2025)

Municípios atendidos: 68

Contratos firmados: 1.383

Total investido: R\$ 9.058.625,00

PÚBLICOS ALCANÇADOS

Mulheres em situação de vulnerabilidade social, mulheres afetadas pela violência, quilombolas, indígenas, ciganas, marisqueiras, pescadoras e mulheres em reintegração social.

Permanecer é transformar

Ao final da travessia, a percepção é clara: o crédito não cria algo artificial. Ele potencializa vocações já existentes. Entre a mangaba colhida no tempo certo, a polpa de cajá processada no quintal, o chiqueiro recém-construído, o salão improvisado e a motocicleta que encurta distâncias, emerge uma economia do cuidado e da interdependência. Não há desejo de fuga. Há decisão de permanecer. E é essa permanência produtiva que desenha um futuro possível para o território, um futuro construído pelas mãos das mulheres.

ENTREVISTA | LÍDIA MOURA

SECRETÁRIA DAS MULHERES E DA DIVERSIDADE HUMANA DA PARAÍBA

“O tempo das mulheres e da diversidade não é futuro, é urgência. É agora”

Do silêncio à centralidade, a construção de uma política que saiu das margens e passou a redesenhar o próprio significado de governar.

Há gestões que passam. Outras deixam marcas. Ao longo de seis anos à frente da Secretaria das Mulheres e da Diversidade Humana da Paraíba, Lídia Moura transformou uma política muitas vezes tratada como periférica em eixo estruturante do governo. Feminista histórica, formada em Jornalismo e, já depois dos 50 anos, bacharel em Direito pela UFPB, Lídia costuma repetir uma frase que sintetiza seu modo de agir: “Não existe o tempo das mulheres. O nosso tempo é aqui e agora.”

Quando assumiu, em 2019, encontrou uma secretaria instalada em uma casa acanhada na Avenida Trincheiras, orçamento reduzido e políticas sustentadas quase exclusivamente pela resistência de servidoras comprometidas. Hoje, a mesma rua abriga uma sede própria, em um casarão histórico totalmente reformado, símbolo de que essa pauta saiu das margens e ganhou centralidade institucional.

Entre a casa pequena e o casarão restaurado, há uma travessia política. Foram criadas gerências estratégicas, consolidado o Programa Integrado Patrulha Maria da Penha, ampliada a interiorização das ações, implantada a Casa de Acolhida do Sertão, estruturado o Centro de Igualdade Racial João Balula, criada a Casa Cris Nagô para acolhimento da população LGBTQIAPNb+ e inserida a Paraíba na agenda internacional de gênero, participando de fóruns e debates multilaterais.

Mas, mais do que elencar entregas, esta entrevista percorre sentidos. O que significa governar a

partir do feminismo? Como transformar militância em política de Estado? Como enfrentar resistências sem perder a ternura e sem abrir mão da firmeza?

Lídia não romantiza o caminho. Fala de orçamento que saiu de pouco mais de 1,5 milhões de reais para mais de 30 milhões; de um governo que assumiu publicamente a defesa da população trans quando isso ainda era visto como risco político; da decisão de transformar protocolos em decretos; da transversalidade como estratégia de sobrevivência e expansão.

Ao longo da conversa, revisita o início da gestão, a aposta na interiorização, a construção de redes, a articulação com o sistema de justiça, a presença da Paraíba em agendas como a revisão da Plataforma de Ação de Pequim, a chamada Beijing+30, e os momentos mais desafiadores de um período marcado por tensões, disputas simbólicas e enfrentamentos concretos.

Se há uma imagem que atravessa sua trajetória, talvez seja a da mão estendida. “Não deixamos ninguém para trás”, ela afirma. Mulheres, população negra, quilombolas, indígenas, ciganos, povos de terreiro, população LGBTQIAPNb+. A diversidade não aparece como retórica, mas como método de gestão.

Nesta edição especial de gestão, revisitamos com Lídia Moura os caminhos, os embates e os legados de uma gestão que decidiu não esperar o “momento certo”. Porque, como ela insiste, o tempo das mulheres não é futuro, é urgência. É agora.



“O mapa da proteção precisa acompanhar o mapa da desigualdade. Direito não pode depender do CEP.”

Secretária, ao assumir a gestão em 2019, qual era o cenário encontrado na política para as mulheres e diversidade humana na Paraíba e quais foram as prioridades estratégicas estabelecidas para esse ciclo?

● Quando assumi, em 2019, encontrei uma política que não começava ali. Ela vinha de uma trajetória de luta acumulada, sobretudo desde os anos 1990, quando mulheres paraibanas decidiram ocupar o que chamamos de feminismo de governo, a escolha estratégica de entrar nas estruturas do Estado para tensionar por dentro, formular políticas e disputar orçamento. Não começou comigo. Havia história, havia compromisso, havia servidoras profundamente dedicadas. A política existia porque muitas mulheres resistiram antes. Mas também encontrei uma estrutura que sobrevivia mais pela convicção militante do que pela centralidade institucional. O orçamento era extremamente acanhado. As equipes se desdobravam para manter equipamentos funcionando, especialmente os voltados ao atendimento de mulheres em situação de violência. Era uma política sustentada por esforço e não ainda por prioridade estratégica do conjunto do governo.

Essa foi minha primeira angústia: como transformar uma política de resistência em política estruturante? Como sair do campo da sobrevivência administrativa e alcançar o campo do planejamento, da escala e da transversalidade? A Paraíba já possuía uma secretaria com dotação orçamentária própria, algo relevante no cenário nacional. Mas isso, por si só, não garantia centralidade. Ela não estava na primeira linha das prioridades governamentais. Meu desafio era colocá-la no mesmo patamar simbólico e orçamentário de áreas tradicionalmente vistas como “maiores”, como saúde e educação. Não por disputa hierárquica, mas porque igualdade e direitos humanos são pilares de qualquer projeto de desenvolvimento. Havia ainda uma questão decisiva: o território. Não podíamos permanecer restritas a João Pessoa ou Campina Grande. A violência contra as mulheres não está concentrada apenas nos grandes centros urbanos. Ela atravessa o sertão, o agreste, as zonas rurais. Se a política pública não acompanha o mapa da desigualdade, ela reforça essa desigualdade.

Foi nesse contexto que nasceu o Programa Integrado Patrulha Maria da Penha, já concebido como política de abrangência estadual. Houve uma provocação importante do governador João Azevêdo: por que não interiorizar desde o início? Por que pensar pequeno

diante de um problema estrutural? Essa pergunta foi decisiva. Ali ficou claro que o caminho não seria incremental, mas estruturante. Ampliar o orçamento. Interiorizar as ações. Transversalizar responsabilidades. Dar escala às políticas. Construir rede. Transformar pauta em planejamento. Militância em método. Resistência em estrutura. Foi esse o ponto de partida. E ele determinou todo o nosso percurso.

Ao longo desses seis anos, quais entregas a senhora considera estruturantes, aquelas que deixaram de ser ações pontuais e passaram a configurar política pública consolidada?

● Há um dado objetivo que traduz essa transformação: o orçamento. Saímos de cerca de R\$ 1,5 milhões de reais para mais de R\$ 30 milhões. Esse crescimento não é apenas numérico; ele revela mudança de prioridade política. Quando o orçamento cresce, significa que a agenda deixou de ser periférica e passou a ocupar espaço real no planejamento do Estado. Mas é importante dizer: não esperamos ter um grande orçamento para começar. Desde o primeiro momento estabelecemos a transversalidade como método de gestão. Se o recurso direto era limitado, a estratégia era articular, pactuar, integrar.

Fomos buscar parcerias em outras pastas e construir políticas compartilhadas. A Patrulha Maria da Penha talvez seja o exemplo mais emblemático dessa lógica. Ela não pertence apenas à Secretaria; é fruto de integração com a Segurança Pública e com o Tribunal de Justiça. A articulação de protocolos, o monitoramento das medidas protetivas, o acompanhamento sistemático das mulheres criaram uma engrenagem que hoje alcança cerca de 150 municípios. Entre as mulheres acompanhadas pelo programa, não houve registro de feminicídio. Isso não é discurso. É resultado de uma rede estruturada.

Implementamos o Programa Dignidade Menstrual antes mesmo da política federal, tratando o tema como questão de saúde pública e de permanência escolar. Ao fazer isso, enfrentamos um tabu histórico e afirmamos que dignidade não pode depender de silêncio. O Empreender Mulher também se consolidou como política estruturante. Cerca de 9 milhões investidos e cerca de 1.400 mulheres beneficiadas. O diferencial foi a interiorização: sair do eixo Litoral – Grande João Pessoa e alcançar mulheres em todas as regiões do estado, reconhecendo que autonomia econômica é ferra-

“A violência contra as mulheres não está concentrada apenas nos grandes centros urbanos. Ela atravessa o sertão, o agreste, as zonas rurais.”

menta concreta de enfrentamento à violência.

Instituímos, por decreto, o Protocolo Estadual de Investigação do Femicídio, determinando que toda morte violenta de mulher seja inicialmente tratada como feminicídio. Essa medida altera o ponto de partida institucional. Ela desloca a lógica investigativa e reconhece que o gênero é elemento central na análise da violência letal.

Na política de igualdade racial, estruturamos o Centro João Balula como espaço de referência, instituímos o Plano Estadual de Igualdade Racial com obrigações formais para 46 órgãos do governo e avançamos na criação do Museu da Diáspora e das Etnias Paraibanas. Não se trata apenas de memória, mas de reconhecimento histórico e reparação simbólica.

Para a população LGBTQIAPNB+, criamos a Casa Cris Nagô, a primeira iniciativa no país com recurso público estadual destinado ao acolhimento dessa população em situação de vulnerabilidade, com equipe multiprofissional, acompanhamento psicossocial e foco em escolaridade e geração de renda. A política não se limita ao abrigo; ela projeta autonomia. O que consolidamos ao longo desses anos foi mais do que programas isolados. Foi uma rede articulada entre governo, sistema de justiça e sociedade civil. Uma rede que tem orçamento, decreto, protocolo, equipe técnica e continuidade.

Quando uma ação deixa de depender apenas da vontade circunstancial de quem está na gestão e passa a estar normatizada, financiada e integrada a outras políticas, ela deixa de ser pontual. Ela se torna estruturante e foi isso que buscamos construir.

A gestão foi marcada por ampliação de programas e interiorização das ações. Como se deu o desafio de garantir capilaridade territorial em um estado com realidades tão diversas?

● Capilaridade não se constrói apenas com equipamentos físicos. Constrói-se, antes de tudo, com



Maria de Nando, na Baía da Traição com sua loja de produtos de beleza

“O Empreender Mulher também se consolidou como política estruturante. Cerca de 9 milhões investidos e cerca de 1.400 mulheres beneficiadas.”

compromisso político. Interiorizar não é simplesmente abrir uma unidade em outra cidade; é decidir que o direito precisa alcançar todos os territórios, inclusive aqueles historicamente esquecidos pelas políticas públicas. A Paraíba é diversa, do litoral, agreste, sertão aos municípios de pequeno porte e áreas rurais extensas. Cada território apresenta dinâmicas próprias de violência, vulnerabilidade e acesso a serviços.

O governador repetia que gestão é trabalho em equipe. Nós levamos essa ideia à prática cotidiana.

Fomos a cada secretaria perguntar: onde estão as mulheres na sua política? Na saúde, na educação, na habitação, no desenvolvimento econômico e em todas as áreas precisavam incorporar o olhar de gênero como critério de planejamento. Interiorização também foi isso: distribuir responsabilidades.

Quando iniciamos a gestão, menos de 20 municípios possuíam Organismos de Políticas para as Mulheres. Hoje são 129. Esse dado é mais do que estatístico; ele revela mudança de cultura local. Significa que prefeitas, prefeitos e equipes municipais passaram a reconhecer a importância de institucionalizar essa agenda. Nem todos os municípios possuem delegacia especializada ou base da Patrulha Maria da Penha e sabemos que estruturar isso em 223 cidades é um desafio complexo. Mas garantir uma porta de entrada institucional é fundamental. Pode ser um organismo municipal, um CRAS, um centro de referência. O essencial é que a mulher não esteja sozinha diante da violência.

Criamos uma ambiência de corresponsabilidade. Se um equipamento específico não existe naquele território, a rede precisa funcionar de forma integrada para acolher, orientar e encaminhar. A lógica deixa de ser setorial e passa a ser sistêmica. O grande desafio sempre foi esse: garantir que nenhuma mulher fique completamente desassistida por causa do CEP onde mora. Interiorizar foi fazer com que o mapa da proteção acompanhasse o mapa da necessidade.

Foi reconhecido que a desigualdade territorial aprofunda vulnerabilidades e que o Estado precisa

chegar primeiro onde os direitos chegaram por último. Talvez essa seja uma das marcas mais consistentes da gestão: compreender que cidadania plena só existe quando alcança todos os cantos do território.

Em termos de articulação institucional, como a secretaria fortaleceu o diálogo intersetorial com outras pastas e com o sistema de justiça?

● Foi, antes de tudo, um trabalho de convencimento permanente. Nenhuma política transversal nasce pronta. Ela precisa ser construída na prática, nas reuniões técnicas, nas pactuações orçamentárias, nas divergências superadas. Desde o início defendemos que a política para as mulheres não poderia ser responsabilidade exclusiva da secretaria. Se a violência é estrutural, a resposta também precisa ser estrutural. Isso significa afirmar, reiteradamente, que gênero, raça e diversidade não são “temas”, mas dimensões que atravessam todas as áreas: saúde, educação, segurança pública, desenvolvimento econômico, habitação.

Fortalecemos parcerias sólidas com o Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e forças de segurança. A Patrulha Maria da Penha, por exemplo, só alcançou o nível de integração que tinha porque havia disposição institucional para compartilhar informações, protocolos e responsabilidades. Cada órgão precisou reconhecer que sua atuação impacta diretamente a vida das mulheres.

Mas a articulação intersetorial vai além das situações de violência. Ela envolve perguntar, em cada política pública: como isso afeta as mulheres? Como impacta a população negra? Onde estão os povos tradicionais nesse planejamento? De que maneira a população LGBTQIAPNb+ está contemplada? Criamos uma ambiência institucional em que essa pergunta deixou de ser opcional.

O 8 de março, por exemplo, é um símbolo dessa transformação. Deixou de ser um evento organizado exclusivamente pela secretaria para se tornar uma agenda coletiva do governo. Cada pasta passou a apresentar ações concretas vinculadas à data, mostrando que a promoção da igualdade é responsabilidade compartilhada. Esse movimento produz algo mais profundo do que programas isolados: ele altera a cultura administrativa. Quando gestores passam a incorporar automaticamente o olhar de gênero e diversidade em seus planejamentos, há uma mudança de paradigma. Talvez essa seja uma das transformações mais importantes da gestão, menos visível do

que uma obra física, mas mais duradoura. Porque a cultura institucional, quando se transforma, permanece para além das gestões.

A senhora acompanhou agendas nacionais e internacionais estratégicas, como a revisão da Plataforma de Ação de Pequim (Beijing+30). De que forma essa experiência impactou a formulação de políticas no estado?

● A violência contra as mulheres não é um fenômeno isolado, nem regional. Ela atravessa fronteiras, culturas, regimes políticos. Participar da revisão da Plataforma de Ação de Pequim, o Beijing+30 na CSW69, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), foi compreender, de maneira ainda mais concreta, que aquilo que enfrentamos no território paraibano está inserido em um debate global sobre democracia, desenvolvimento e direitos humanos. A ONU reúne, nesse processo, mais de 150 países para avaliar avanços e retrocessos desde 1995, quando a Plataforma foi estabelecida como marco internacional para a promoção dos direitos das mulheres. Estar ali não foi apenas cumprir agenda institucional; foi ocupar lugar de fala enquanto estado subnacional que produz política pública consistente.

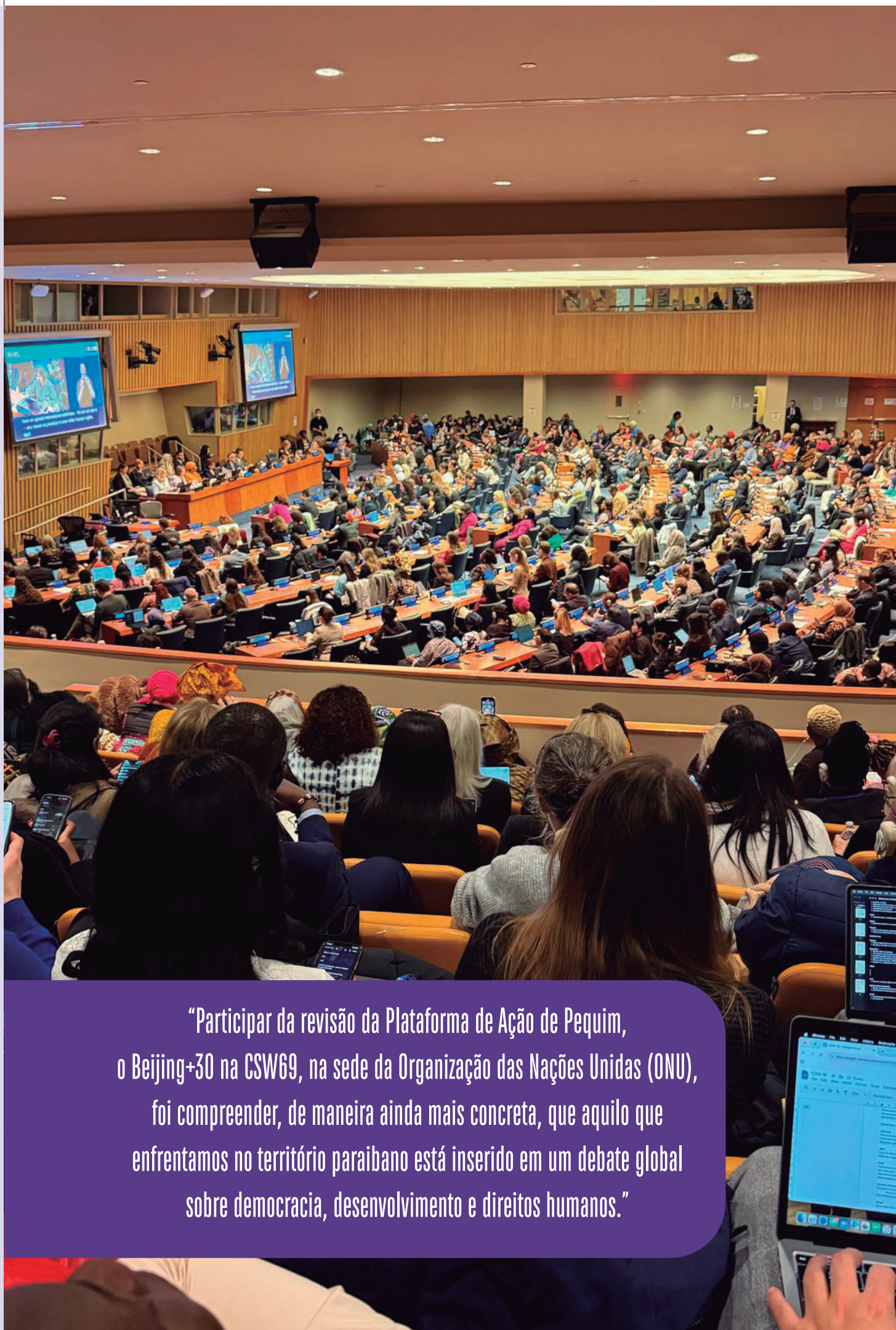
Levamos a experiência da Paraíba, a Patrulha Maria da Penha interiorizada, o protocolo de investigação do feminicídio,

as políticas de dignidade menstrual, as iniciativas de igualdade racial e mostramos que é possível inovar a partir do Nordeste brasileiro. Mas também trouxemos aprendizados. Dialogar com o mundo amplia horizontes, relativiza certezas e fortalece formulações locais.

Há algo potente quando percebemos que desafios semelhantes são enfrentados em diferentes continentes. A desigualdade salarial, a sub-representação política, a violência doméstica, o racismo estrutural e nada disso é exclusivo nosso. Ao mesmo tempo, cada território desenvolve estratégias próprias, e essa troca qualifica as políticas. A Paraíba integrou pela primeira vez as delegações brasileiras à convite do Ministério das Mulheres nesses espaços multilaterais, apresentou experiências, ouviu críticas, incorporou referências. Não fomos espectadores. Fomos parte ativa da construção de soluções, a partir da perspectiva de gênero.

Essa perspectiva internacional também produz um efeito interno importante: reforça que as políticas públicas para mulheres não são pauta periférica nem agenda identitária restrita. São eixo civilizatório. São indicadores de maturidade democrática. Quando um estado dialoga com o mundo, ele também eleva seu

“O que fizemos foi tirar essas políticas do cantinho e colocá-las no centro do projeto de governo.”



“Participar da revisão da Plataforma de Ação de Pequim, o Beijing+30 na CSW69, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), foi compreender, de maneira ainda mais concreta, que aquilo que enfrentamos no território paraibano está inserido em um debate global sobre democracia, desenvolvimento e direitos humanos.”

próprio padrão de exigência. Passa a se medir por parâmetros globais de direitos humanos, transparência e eficácia. E isso transforma a política local, com certeza.

Gestão pública também é feita de tensões e limites. Qual foi o momento mais desafiador desse período?

- O maior desafio talvez tenha sido romper com uma cultura silenciosa. Durante muito tempo, políticas de gênero e diversidade foram tratadas como algo que precisava acontecer quase em voz baixa, como se defender direitos fosse gesto tolerado, mas não plenamente assumido. Havia sempre a ideia de que essas agendas deveriam ocupar um espaço lateral, discreto, quase constringido. Romper com essa lógica foi a travessia mais desafiadora.

Em 2021, o governo da Paraíba decidiu afirmar publicamente seu compromisso com a população trans, com campanhas institucionais visíveis, espalhadas pelo estado, ocupando o espaço público. Foi uma batalha. Ampliou ambulatorios especializados, estruturou políticas de atenção específicas e, de forma mais ampla, assumiu o enfrentamento ao racismo com planejamento, orçamento e instrumentos normativos. Não foi apenas expansão de serviços. Foi a mudança de postura. Saímos do “cantinho”. E sair do cantinho significa enfrentar resistências. Significa sustentar a decisão quando surgem críticas. Significa compreender que governar também é afirmar valores constitucionais de igualdade e dignidade humana, mesmo quando isso exige firmeza política.

Essa foi uma travessia simbólica importante porque deixamos de executar políticas de forma acanhada e assumimos, com clareza e orgulho institucional, que o governo se importa com essas vidas. Que essas vidas são prioridade pública. Que não se trata de concessão, mas de direito. Há momentos na gestão em que a escolha não é apenas técnica, mas ética. Hoje, essa política não depende de vontade circunstancial. Ela está institucionalizada, normatizada, financiada. Tornou-se política de Estado. E quando algo se torna política de Estado, deixa de ser exceção e passa a ser compromisso permanente. Essa talvez tenha sido a mudança mais profunda.

Como equilibrar a dimensão técnica da gestão com o impacto emocional de lidar diariamente com histórias de violência?

- É impossível não sentir. Quem ocupa uma secretaria como essa e afirma que não se afeta está mentindo ou se desumanizando. As histórias chegam com nomes,

“Governar, nesse campo, é converter sofrimento em estrutura e transformar a dor recorrente em política pública permanente.”

rostos, filhos, contextos. Chegam com marcas profundas. O choro é legítimo. A indignação também. Há dias em que o peso atravessa. Mas o Estado não pode paralisar.

Essa é a linha delicada que precisamos aprender a percorrer. A emoção nos lembra por que estamos ali; a técnica nos permite continuar. Muitas vezes precisamos ser firmes, não por ausência de sensibilidade, mas por responsabilidade institucional. Não estamos ali apenas para acolher a dor, estamos para transformá-la em política pública, em procedimento, em orçamento, em rede de proteção.

Governar, nesse campo, é converter sofrimento em estrutura. As dores que enfrentamos diariamente são reais, urgentes e dramáticas. Mas também são fruto de ausências históricas: ausência de políticas de prevenção, de autonomia econômica, de educação para igualdade, de enfrentamento ao racismo estrutural. Cada caso individual carrega uma dimensão coletiva.

Quando avançamos com políticas efetivas, o caminho vai se tornando menos árduo. Não porque a violência desaparece de imediato, mas porque a mulher deixa de estar sozinha. Há protocolo, há patrulha, há centro de referência, há equipe técnica. Há Estado.

Quando construímos casas para a população cigana respeitando sua cultura, que estavam paradas na burocracia há mais de 40 anos, estamos dizendo que o direito à moradia não pode significar apagamento identitário. Quando instituímos um Plano Decenal de Igualdade Racial, estamos reconhecendo que o racismo não é episódio, é estrutura. Quando garantimos autonomia econômica para mulheres, estamos interrompendo ciclos de dependência que alimentam a violência. Cada política implementada é uma resposta concreta àquilo que antes era apenas dor repetida.

É um caminho duro. A gestão pública, especialmente nessa área, exige equilíbrio permanente entre empatia e racionalidade, entre urgência e planejamento, entre indignação e método. Mas cada avanço institucional torna o percurso mais possível e torna o Estado mais preparado para que menos histórias precisem terminar em tragédia. Nós sentimos tudo, mas seguimos.

Que legado institucional a senhora acredita ter deixado ao final de 2025?

- O maior legado é o coletivo. Não é obra individual, nem assinatura isolada. É resultado de uma equipe que acreditou que política pública não se faz por improviso, mas por método, constância e compromisso. Uma equipe que elevou o padrão, técnico,



ético e institucional e do que significa governar para quem historicamente esteve à margem.

Há algo que não pode ser subestimado: o gestor público. O governador afirmou, de maneira clara e reiterada, que se importa com mulheres, com a população negra, com indígenas, quilombolas, ciganos, povos de terreiro, com a população LGBTQIAPNb+. Em um país onde muitas vezes essas pautas são tratadas como incômodo ou silêncio constrangido, a afirmação pública é ato político.

Isso tem peso simbólico porque legitima existências. E tem peso concreto porque autoriza orçamento, estrutura, prioridade. Colocamos a Secretaria no mesmo patamar de áreas historicamente consideradas “maiores”. Não como disputa hierárquica, mas como reconhecimento de que igualdade, diversidade e direitos humanos são pilares de qualquer projeto de desenvolvimento. Não se trata de agenda acessória. Trata-se de fundamento civilizatório.

Talvez não tenhamos resolvido tudo e é honesto reconhecer isso. A violência de gênero não desapareceu. O racismo estrutural não foi superado. As desigualdades persistem. Mas estabelecemos um novo parâmetro institucional: essa política é estruturante. Ela atravessa o governo. Ela precisa estar prevista, planejada e financiada.

O sarrafo subiu. E quando o sarrafo sobe, o que se estabelece não é apenas um resultado de gestão, mas um patamar de expectativa pública. Um limite abaixo do qual não se aceita mais retroceder. Esse é o legado: tornar impossível voltar ao que era antes.

Se pudesse resumir essa gestão em uma palavra ou imagem, qual seria?

- Diversidade. Mas não como palavra de ocasião, nem como enfeite retórico para relatórios oficiais.

Diversidade concreta. Diversidade como método de gestão, como lente permanente, como critério de decisão. Diversidade que atravessa orçamento, planejamento, prioridades e presença institucional. Diversidade entendida não como soma de diferenças, mas como reconhecimento de desigualdades históricas que exigem ação deliberada do Estado.

Foi compromisso de não deixar ninguém para trás, nem as mulheres do campo, nem as que vivem nas periferias urbanas, nem as mulheres negras que sustentam o país invisivelmente, nem os povos tradicionais, nem a população LGBTQIAPNb+ que tantas vezes precisou sobreviver à margem. Governar, nesse contexto, foi reconhecer ausências e transformá-las em presença política.

Seguramos as mãos e fomos sustentadas por elas. Porque nenhuma política pública se constrói sozinha. Ela nasce da escuta, do diálogo, da pressão legítima dos movimentos sociais, da coragem institucional de assumir posições. Cada avanço foi coletivo. Cada conquista foi fruto de muitas vozes.

Não abrimos mão dos direitos humanos, mesmo quando isso exigiu firmeza. Não abrimos mão da cidadania plena, mesmo quando parecia mais fácil silenciar. A imagem que talvez permaneça é essa: um Estado que compreendeu que diversidade não é concessão. É um fundamento democrático. É o princípio da justiça. É um horizonte de futuro. E, sobretudo, é agora.

**“Diversidade não é concessão.
É um fundamento democrático.
E o tempo dessas vidas não é depois,
é agora.”**



Política LGBTQIAPNb+

avança com marcos normativos e fortalecimento da rede

A política pública voltada à população LGBTQIAPNb+ na Paraíba passou por uma transformação estrutural. O que antes se concentrava majoritariamente em ações pontuais ganhou forma de política de Estado, com planejamento, instrumentos normativos, articulação intersetorial e expansão territorial. A gerente LGBTQIAPNb+, Laura Brasil, destaca que o período foi marcado pela consolidação de uma agenda orientada pela equidade, pelos direitos humanos e pela redução das desigualdades estruturais.

Segundo Laura, o principal avanço foi a construção de uma política estruturada e transversal. "A promoção dos direitos da população LGBTQIAPNb+ exige ação coordenada do Estado. Por isso, fortalecemos a

integração com áreas como Saúde, Assistência Social, Educação e Segurança Pública, garantindo que essa pauta não seja tratada como acessória, mas como dimensão central da gestão pública", afirma.

Um dos eixos dessa reestruturação foi o fortalecimento dos Centros de Referência LGBTQIAPNb+. As unidades em João Pessoa e Campina Grande passaram por reorganização técnica, qualificação das equipes multiprofissionais e aprimoramento dos fluxos de atendimento, ampliando a articulação com a Defensoria Pública, o Ministério Público e a rede socioassistencial.



Laura Brasil, gerente de Direitos de LGBT

49.918 atendimentos entre 2019 e 2025

Entre 2019 e 2025, os Centros registraram 3.362 novas usuárias e 49.918 atendimentos. Em 2023, foi alcançado o maior volume da série histórica: 13.309 atendimentos e 621 novas usuárias. Para Laura Brasil, os números refletem a consolidação da rede. "Os Centros Luciano Bezerra, em Campina, e Pedrinho, na Capital, deixaram de ser apenas espaços de acolhimento simbólico e passaram a operar como equipamentos estratégicos de proteção, orientação e encaminhamento efetivo, reduzindo subnotificações e qualificando o acompanhamento psicossocial e jurídico", pontua.

A política também avançou na interiorização. Está em fase de implantação uma unidade no Sertão, em Cajazeiras, representando um marco na democratização do acesso. "Estamos alcançando territórios historicamente invisibilizados, reduzindo deslocamentos e reconhecendo as especificidades socioculturais do interior", destaca.

NÚMEROS QUE EXPRESSAM ACOLHIMENTO E EXPANSÃO

Centros de Referência LGBTQIAPNb+ (2019–2025)

Entre 2019 e 2025, os Centros de Referência LGBTQIAPNb+ registraram:



FORTALECIMENTO

Os dados revelam crescimento consistente e fortalecimento da política de promoção de direitos da população LGBTQIAPNb+ no estado.

- 2019: 226 novos usuários/usuárias
1.304 atendimentos
- 2020: 351 novos usuários/usuárias
6.817 atendimentos

3.362 novos usuários/usuárias
49.918 atendimentos realizados

MESMO EM CONTEXTO DE PANDEMIA, houve aumento significativo na procura e na oferta de serviços:

2021: 616 novos usuários/usuárias	mais de 5 mil atendimentos
2022: 549 novos usuários/usuárias	mais de 5 mil atendimentos
2023: 621 novos usuários/usuárias	13.309 atendimentos (pico do período)

O crescimento expressivo reflete a consolidação da rede, ampliação de equipes, maior divulgação dos serviços e fortalecimento institucional.

2024: 480 novos usuários/usuárias	8.688 atendimentos
2025: 519 novos usuários/usuárias	8.994 atendimentos

Os números evidenciam ampliação do acesso, confiança institucional e presença territorial da política pública.

CASA DE ACOLHIDA CRIS NAGÔ

Inaugurada em 2022, a Casa de Acolhida Cris Nagô consolidou-se como equipamento estratégico de proteção e acolhimento emergencial para pessoas LGBTQIAPNb+ em situação de vulnerabilidade.

2022: 24 acolhimentos	TOTAL NO PERÍODO:
2023: 20 acolhimentos	164 acolhimentos
2024: 50 acolhimentos	(entre novos acolhimentos
2025: 70 acolhimentos	e reacolhimentos).



Coordenadora da Casa Cris Nagô, Mariana Severo

O crescimento progressivo demonstra a ampliação da capacidade de resposta do Estado e o fortalecimento da rede de proteção à população LGBTQIAPNb+.

Centro de Referência LGBTQIAPNB+ Pedrinho – João Pessoa

Para o coordenador do Centro de Referência LGBTQIAPNB+ Pedrinho, em João Pessoa, Kleber Marques, o crescimento no número de atendimentos está diretamente relacionado à ampliação da divulgação dos serviços e ao fortalecimento da articulação entre políticas públicas.

Segundo ele, o trabalho desenvolvido pela SEMDH tem contribuído para inserir a pauta LGBTQIAPNB+ de forma transversal na gestão pública.

“O aumento no número de pessoas atendidas também se deve ao compromisso da gestão com a qualificação dos processos de trabalho e com a integração entre as políticas públicas. Embora o Centro seja um serviço especializado em direitos humanos, nosso papel também é mobilizar outras áreas do Estado para garantir que educação, saúde, assistência social e sistema de justiça também funcionem para essa população”, explica.

Centro de Referência LGBTQIAPNB+ Luciano Bezerra - Campina Grande

No Centro de Referência LGBTQIAPNB+ Luciano Bezerra, em Campina Grande, o coordenador Ednaldo Costa destaca que a ampliação da rede de articulação com municípios do interior tem sido fundamental para o crescimento do serviço.

Desde sua inauguração, em 2018, a unidade passou a receber demandas de diferentes regiões da Paraíba, especialmente por meio de encaminhamentos realizados por secretarias municipais, equipamentos da assistência social e órgãos de defesa de direitos.

“Hoje o Centro tem uma relação muito mais próxima com os municípios. Muitas vezes o primeiro contato vem das secretarias locais ou de equipamentos da rede de proteção, que identificam situações de violência ou vulnerabilidade e encaminham as pessoas para o atendimento”, explica.

O serviço foi estruturado inicialmente para atender casos de violência motivada por LGBTfobia, mas ao longo do tempo ampliou sua



Kleber ressalta que o Centro atua como parte de uma rede de proteção mais ampla. Assistência social e saúde são áreas estratégicas nesse processo, especialmente no atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade e da população trans.

“Assistência social e saúde são parceiros fundamentais. Muitas vezes o Centro faz o acolhimento inicial, mas os encaminhamentos passam por programas de transferência de renda, acesso à moradia, benefícios eventuais ou serviços de saúde especializados, como o ambulatório voltado para a população trans. Essa articulação amplia as possibilidades de superação das vulnerabilidades”, afirma.



atuação para diferentes demandas.

Atualmente, o Centro Luciano Bezerra contabiliza 3.464 usuários cadastrados, evidenciando o papel estratégico da unidade na rede estadual de proteção à população LGBTQIAPNB+.

“Embora a violência ainda seja uma demanda importante, o Centro atende diversas outras necessidades. Muitas vezes uma pessoa chega com uma demanda jurídica, como a retificação de nome e gênero nos documentos, mas também precisa de acesso ao CadÚnico, encaminhamento para serviços de saúde ou atendimento psicológico. Nosso trabalho é garantir um acompanhamento integral”, destaca.



Casa Cris Nagô:

proteção e reconstrução de projetos de vida

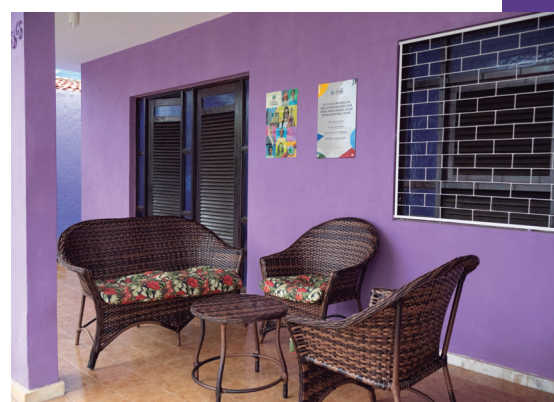
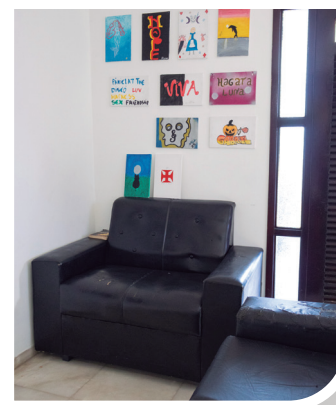
Outro avanço da política pública foi a consolidação da Casa de Acolhida Cris Nagô, inaugurada em 2022. O equipamento tornou-se referência na proteção de pessoas LGBTQIAPNb+ em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas em situação de rua ou com vínculos familiares rompidos.

“É a única casa de acolhimento do país mantida com recursos próprios do governo estadual”, destaca a coordenadora Mariane Severo, enquanto apresenta os corredores do espaço, decorados com obras produzidas pelas próprias pessoas acolhidas. “Nosso grande desafio hoje é a empregabilidade das pessoas em situação de vulnerabilidade, principalmente das pessoas trans”, ressalta.

O espaço funciona 24 horas por dia e conta com uma equipe multidisciplinar formada por profissionais de enfermagem, psicologia, serviço social, pedagogia, assessoria jurídica e educação social. O atendimento é interdisciplinar e integral, com atuação articulada entre diferentes equipamentos e políticas públicas do Estado, conforme as necessidades de cada pessoa acolhida.

HOMENAGEM - O nome da casa homenageia Cristiana Soares de Farias (Cris Nagô), professora de capoeira de Campina Grande, assassinada a tiros em 2020 enquanto praticava capoeira no bairro da Liberdade. Cris era reconhecida por sua atuação em defesa da população LGBTQIAPNb+.

Entre 2022 e 2025, a Casa realizou 164 acolhimentos, com ampliação progressiva da capacidade de atendimento de 24 acolhimentos no primeiro ano para 70 em 2025. Além da proteção emergencial, o trabalho passou a priorizar estratégias voltadas à autonomia e à reconstrução de projetos de vida, em articulação com as redes de assistência social, saúde e educação.



O espaço funciona 24 horas por dia e conta com uma equipe multidisciplinar formada por profissionais de enfermagem, psicologia, serviço social, pedagogia, assessoria jurídica e educação social.



Saúde integral e Ambulatório Trans

A ampliação dos Ambulatórios para Pessoas Transexuais e Travestis também integra esse processo de consolidação. A parceria entre a SEMDH e a Secretaria de Estado da Saúde permitiu estruturar a política dentro da lógica da integralidade do SUS, garantindo acompanhamento multiprofissional, dispensação de hormônios, organização de fluxos regulatórios e formação para atendimento humanizado.

A inauguração da unidade em Campina Grande, em 2022, e a previsão de implantação em Sousa, em 2026, ampliam a cobertura e reafirmam que o direito à saúde da população trans é responsabilidade do Estado.

“Superamos a lógica de ações isoladas e garantimos sustentabilidade institucional à política”, ressalta a gerente Laura Brasil.

Participação social e marcos institucionais

A gestão também foi marcada pela realização de marcos importantes, como o Selo Social Prefeitura Parceira da Mulher e Diversidade Humana – Edição Mulheridades LGBTQIAPNb+ (2024), a 4ª Conferência Estadual dos Direitos LGBTQIAPNb+ (2025) e o lançamento do Protocolo de Atenção à População LGBTQIAPNb+ no Sistema Socioeducativo.

Eventos como o Encontro Paraibano de Pessoas Trans e Travestis (EPPTrans) já em sua terceira edição, o Dia da Visibilidade Trans e o Dia do Orgulho LGBT foram fortalecidos como espaços de escuta qualificada e mobilização social. “Mais do que agendas simbólicas, são momentos estratégicos de diálogo, formação e construção coletiva de políticas públicas”, afirma Laura.

O apoio às Paradas LGBTQIAPNb+ e a participação em conselhos e comissões nacionais ampliaram a articulação federativa e consolidaram o que a gerente define como “ativismo institucional responsável”, baseado no diálogo com o movimento social e no fortalecimento do controle social.





Conferência fortalece participação social

e construção de políticas públicas LGBTIQAPNb+ na Paraíba

A realização da 4ª Conferência Estadual LGBTIQAPNb+ da Paraíba marcou um momento decisivo para o fortalecimento da participação social e para a consolidação das políticas públicas voltadas à população LGBTIQAPNb+ no estado. Promovido pelo Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado das Mulheres e da Diversidade Humana (SEMDH), o encontro reuniu representantes da sociedade civil, movimentos sociais e gestores públicos em João Pessoa, reafirmando o compromisso do Estado com a garantia de direitos e a construção coletiva de políticas públicas.

Com o tema “Política pública é cidadania: por uma Paraíba que avança na garantia dos direitos da população LGBTIQAPNb+”, a conferência representou também um marco no processo de retomada das instâncias de participação social no país, após uma década sem convocação de conferências nacionais voltadas à pauta LGBTIQAPNb+.

O processo conferencial mobilizou o estado desde as etapas municipais e regionais, realizadas em 37 cidades paraibanas, que resultaram em 21 conferências locais e na participação de cerca de 140 delegados e delegadas na etapa estadual. O encontro teve como objetivo consolidar propostas para a formulação do Plano Estadual de Políticas Públicas para a População LGBTIQAPNb+, além de eleger 33 representantes que levaram as demandas da Paraíba para a Conferência Nacional, em Brasília.

Para a secretária Lídia Moura, a conferência reafirma o papel do diálogo entre governo e sociedade na construção de políticas públicas efetivas. Segundo ela, o momento simboliza o avanço institucional da pauta no estado e a ampliação da articulação com diferentes áreas da gestão pública, como saúde, segurança pública e participação popular.

A escolha da Academia de Ensino da Polícia Civil da Paraíba (Acadepol-PB) como sede do encontro também teve caráter simbólico, ao abrir espaço para o debate sobre diversidade e direitos humanos dentro de uma instituição estratégica para a garantia de direitos.

Instrumentos que garantem continuidade

A produção de publicações e instrumentos normativos também contribuiu para institucionalizar a política. A Cartilha Paraibana LGBTIQAPNb+, a criação da Rede Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia e Atenção à População LGBTIQAPNb+ (REALP) e a elaboração do Plano Estadual LGBT estruturam metas, padronizam conceitos e ampliam a capacidade de monitoramento e avaliação.

Para Laura Brasil, o maior legado da gestão é a consolidação de uma política territorializada, articulada e sustentável. “Deixamos como marca a interiorização dos serviços, o fortalecimento da rede, a institucionalização de marcos normativos e a ampliação da participação social. A política LGBTIQAPNb+ hoje é compreendida como compromisso de Estado com a dignidade humana, a equidade e a democracia”, conclui.

Igualdade racial como política de Estado

O enfrentamento ao

racismo deixou de ser uma

agenda pontual para se tornar um dever institucional contínuo

A política de igualdade racial da Paraíba passou por um processo de consolidação institucional que a elevou ao patamar de política de Estado. A gerente Executiva de Igualdade Racial da SEMDH, Jadiele Berto, acompanhou os últimos três anos da construção de um ciclo marcado por marcos legais, criação de equipamentos públicos e interiorização das ações em todo o território paraibano.

Um dos pilares desse processo foi a transformação do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial (PlanePIR) em instrumento legal permanente, resultado de construção coletiva entre governo e sociedade civil. “O enfrentamento ao racismo deixou de ser uma agenda pontual para se tornar um dever institucional contínuo”, afirma Jadiele. A consolidação normativa veio acompanhada de políticas estruturantes, como a Lei nº 12.169/2021, que instituiu a reserva de vagas para a população negra nos concursos públicos estaduais, e o fortalecimento de diretrizes que inserem o combate ao racismo como responsabilidade transversal da gestão pública.

Criado em 2020, por meio do Decreto nº 40.752, o Centro Estadual de Referência de Igualdade Racial João Balula também tornou-se o principal equipamento dessa política. Fruto da histórica mobilização do movimento negro paraibano, o Centro estruturou atendimento especializado a vítimas de racismo, intolerância religiosa e xenofobia, além de promover formação continuada de servidores e ações de letramento racial em dezenas de municípios.

Com equipe multiprofissional, o Centro ampliou sua atuação para além do acolhimento, articulando projetos como Saúde Mental e Práticas Integrativas em comunidades tradicionais, oferta de capacitações e bolsas de qualificação profissional para quilombolas, indígenas e ciganos. A interio-

A gestão também priorizou povos indígenas, comunidades quilombolas, ciganas e de terreiro. Festivais de cultura étnica, jogos tradicionais e ações afirmativas fortaleceram identidade e protagonismo.





rização das ações consolidou a presença institucional do Estado nos territórios ancestrais, reforçando vínculos e ampliando o acesso às políticas públicas.

A gestão também priorizou povos indígenas, comunidades quilombolas, ciganas e de terreiro. Festivais de cultura étnica, jogos tradicionais e ações afirmativas fortaleceram identidade e protagonismo. Em 2024, foi estruturado o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração para professores indígenas, passo decisivo para realização de concurso público específico. Em 2025, protocolos de intenções avançaram na criação de um Centro Tecnológico Indígena e de equipamentos comunitários.

No campo da autonomia econômica, o Programa Empreender Mulher incorporou recorte étnico-racial, beneficiando mulheres indígenas, ciganas, quilombolas, marisqueiras e de terreiro, com investimentos que superam R\$ 1,4 milhão apenas nos recortes específicos destacados. A iniciativa integrou geração de renda, valorização cultural e fortalecimento comunitário.

A articulação com a política cultural ampliou ações afirmativas em editais da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc, assegurando recursos para artistas e comunidades tradicionais. "Os editais da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) com os Prêmios Paraíba Indígena, Paraíba Quilombola e Paraíba Cigana, destinaram R\$ 2,4 milhões ao reconhecimento de trajetórias individuais e coletivas, promovendo redistribuição de recursos e valorização cultural sem encargos", afirma Jadiele, que complementa que está em implantação o Museu da Diáspora Africana e Memorial das Etnias Paraibanas, previsto no PlanePIR, como instrumento de preservação da memória e reconhecimento das identidades que compõem a formação do estado.

R\$ 2,4 milhões

foram destinado através da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) com os Prêmios Paraíba Indígena, Paraíba Quilombola e Paraíba Cigana, ao reconhecimento de trajetórias individuais e coletivas, promovendo redistribuição de recursos e valorização cultural sem encargos.

Igualdade não é concessão, é fundamento democrático

Ao longo desses seis anos, a transversalidade tornou-se marca da política. A pauta racial passou a dialogar com segurança pública, educação, cultura, assistência social e direitos humanos, por meio de termos de cooperação e ações conjuntas. A realização da V Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial e sua plenária de atualização reafirmaram a participação social como elemento estruturante.

Em 2023, o lançamento do Guia de Enfrentamento ao Racismo consolidou protocolos institucionais e fortaleceu a Rede de Promoção da Igualdade Étnico-Racial. Para Jadiele Berto, a elaboração do documento reafirma que “ser antirracista precisa ser prática

cotidiana da gestão pública”.

O legado deixado à sociedade paraibana, segundo Jadiele Berto, é a consolidação de uma estrutura permanente: legislação específica, equipamentos públicos em funcionamento, orçamento direcionado e uma rede institucional articulada. “Justiça racial é desenvolvimento. Igualdade não é concessão, é fundamento democrático”, resume. Ao encerrar o ciclo 2019–2025, a Paraíba afirma uma diretriz clara: o enfrentamento ao racismo não pode depender de conjunturas, mas deve permanecer como compromisso contínuo do Estado com reparação histórica, equidade e futuro.



Jadiele Berto, gerente executiva de Igualdade Racial

IGUALDADE RACIAL NA PARAÍBA (2019–2025)

2019

- Instituição do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial; Cadastramento de Terreiros da Região Metropolitana de João Pessoa; realização do Festival da Cultura Quilombola e dos Jogos Indígenas.

- Criação do Centro Estadual de Referência de Igualdade Racial João Balula; implantação do Escritório Social; início das campanhas permanentes de enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa (2020–2025).

2020

2021

- Sanção das Leis nº 12.048/2021 (Dignidade Menstrual) e nº 12.169/2021 (cotas raciais em concursos estaduais); adesão ao Migracidades (2021–2023); fortalecimento dos festivais e ações no Salão de Artesanato Paraibano.

2022

- Portaria 001/2022/SEMDH amplia atendimento a migrantes e refugiados vítimas de racismo; realização da V Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial; criação do Selo Social Prefeitura Parceira das Mulheres – Ano Igualdade Étnico-Racial; realização dos festivais indígena e cigano.

- Lançamento do Guia de Enfrentamento ao Racismo; criação do Selo Minha Escola é Antirracista; execução da Lei Paulo Gustavo e dos editais da Política Nacional Aldir Blanc (Prêmios Paraíba Indígena, Quilombola e Cigana).

2023

2024

- Criação do PCCR para professores indígenas; assinatura de Termo de Cooperação com a Secretaria de Segurança Pública; realização dos Jogos Quilombolas.

- Lei nº 13.506 - Dispõe sobre os procedimentos para a denominação de instituições públicas estaduais em territórios de povos indígenas, comunidades quilombolas e ciganas no território paraibano.

2025

- Criação do Comitê Estadual da Diversidade Religiosa do Estado da Paraíba

- Criação do Selo Prefeitura pela Equidade Étnico-Racial no Estado da Paraíba.

- Atualização da V Conferência Estadual; assinatura de protocolos para o Centro Tecnológico Indígena e Cozinha Comunitária; realização dos Jogos Ciganos; continuidade dos festivais e ações estruturantes.

O enfrentamento ao racismo não pode depender de conjunturas, mas deve permanecer como compromisso contínuo do Estado com reparação histórica, equidade e futuro.



CENTRO ESTADUAL DE REFERÊNCIA DE IGUALDADE RACIAL JOÃO BALULA

Equipamento fortalece política permanente de enfrentamento ao racismo na Paraíba

O coordenador do Centro Estadual de Referência de Igualdade Racial João Balula, o advogado Marcos Nascimento, destaca que o equipamento simboliza a incorporação da luta antirracista à estrutura estatal. "O Centro João Balula é fruto da militância que sempre exigiu respostas concretas ao racismo estrutural. Ele materializa uma pauta que saiu das ruas para ocupar espaço institucional. Hoje, representa a presença da luta dentro do Estado e reafirma que igualdade racial precisa ser compromisso permanente, não ação pontual", afirma.

Ao longo dos últimos anos, o Centro estruturou sua atuação em frentes interligadas. O trabalho começa pelo acolhimento e orientação às vítimas de racismo, intolerância religiosa e xenofobia, com escuta qualificada, encaminhamento à rede de proteção e acompanhamento institucional dos casos. Paralelamente, desenvolve ações permanentes de formação e capacitação, promovendo cursos, oficinas, seminários e atividades educativas voltadas a gestores públicos, profissionais da educação, movimentos sociais e à comunidade em geral.

O equipamento também exerce papel estratégico na articulação comunitária, funcionando como ponto de apoio para comunidades negras, quilombolas e povos tradicionais, incentivando a organização social,

protagonismo político e acesso às políticas públicas. Soma-se a isso a incidência institucional, com contribuição na construção de normativas, protocolos, guias e fluxos de atendimento que consolidam o enfrentamento ao racismo como política pública estruturante no âmbito estadual.

"O Centro João Balula reafirma, assim, a presença permanente da agenda antirracista dentro do Estado e o compromisso contínuo com a promoção da igualdade racial na Paraíba", reafirma Marcos Nascimento.

DADOS - Os dados evidenciam não apenas a demanda existente, mas também a consolidação de um canal institucional de denúncia, acolhimento e acompanhamento.

12.293 atendimentos realizados

217 crimes acompanhados, sendo:

- 124 casos de racismo
- 81 casos de intolerância religiosa
- 12 casos de xenofobia



Marcos Nascimento, coordenador do Centro João Balula



Marcos Augusto Rodrigues - Pedagogo



Viviane Lira - Assistente Social



Andrea Lima - Assistente Social



Inardson Nascimento - Psicólogo



Onde procurar ajuda?

Centro da Igualdade Racial João Balula.

Rua Rodrigues de Aquino, 496, Centro,

João Pessoa (PB) | (83) 3221-6328

WhatsApp - 83 99340-3946



Katarina Inocêncio - Advogada

Novembro Negro

consolida política permanente na Paraíba

Em 20 de novembro de 2023, Dia da Consciência Negra, o Governo da Paraíba lançou o Guia de Enfrentamento ao Racismo, durante solenidade no auditório do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), em João Pessoa. Elaborado pela Semdh, o documento sistematiza conceitos como racismo estrutural, institucional e recreativo, orienta sobre canais de denúncia e organiza fluxos de atendimento na rede pública.

À época, a secretária Lídia Moura destacou o caráter pedagógico e institucional da iniciativa. "A informação qualificada é ferramenta essencial para romper estruturas históricas de desigualdade", afirmou. O guia passou a dialogar diretamente com políticas educacionais já em curso, como o Curso de Capacitação em Educação Antirracista e o Selo Mi-

na Escola é Antirracista, desenvolvidos em parceria com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (Espep). A publicação consolidou-se como instrumento de referência para gestores, educadores e sociedade civil, reforçando o compromisso do Estado com práticas antirracistas permanentes.

Ao articular formação institucional, políticas educacionais e programação cultural continuada, o Novembro Negro deixou de ser apenas uma agenda simbólica para consolidar-se como política pública permanente na Paraíba. Entre publicações técnicas, capacitação de servidores e ocupação dos espaços culturais por artistas negros, o Estado estrutura uma estratégia integrada de memória, protagonismo e enfrentamento sistemático ao racismo.

Festival Pretitudes: cultura como estratégia de enfrentamento

Dentro da programação do Novembro Negro, o Festival Pretitudes tornou-se uma das principais vitrines de valorização da produção artística negra no estado. Realizado pela Fundação Espaço Cultural da Paraíba (Funesc), em parceria com a SEMDH, o evento consolidou-se como espaço de formação, debate público e difusão cultural, ampliando o alcance das políticas de igualdade racial.





LANÇAMENTO DO GUIA DO ENFRENTAMENTO AO RACISMO



2021

Retomada híbrida e protagonismo das mulheres de terreiro

Realizada de 16 a 20 de novembro, no Espaço Cultural José Lins do Rego, a edição de 2021 marcou a retomada gradual das atividades presenciais em formato híbrido. Um dos destaques foi o Painel Funesc “Mulheres de Terreiro – Enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa”, reunindo lideranças religiosas e representantes da gestão pública para discutir liberdade de crença e racismo religioso.

A programação também celebrou a cultura popular nordestina com o retorno do projeto “De Repente no Espaço”, além de contemplar música, literatura, teatro, circo, dança, audiovisual e artes visuais. As atividades foram transmitidas pelo canal da Funesc no YouTube, ampliando o acesso ao público.

2022

Interiorização e diversidade de linguagens

Com programação gratuita ao longo de novembro, o festival promoveu oficinas, feiras criativas, intervenções circenses, sessões de cinema e exposições. A “Noite da Música Preta” manteve-se como eixo central, e o encerramento ocorreu no Cine Teatro São José, em Campina Grande, ampliando a descentralização das ações.

2023

Artes integradas e protagonismo negro

Realizado na sede da Funesc, o Pretitudes reuniu mostras no Cine Bangüê, apresentações no Teatro de Arena, intervenções de grafite e shows musicais. Artistas negros selecionados por edital ocuparam os principais espaços culturais do complexo, reforçando o compromisso com critérios afirmativos na política cultural.



2024

Ampliação de editais e formação nas escolas

Entre 11 e 27 de novembro, a edição de 2024 selecionou 31 propostas artísticas por edital público. A programação incluiu música, artes visuais, literatura, audiovisual, dança e circo, além de oficinas em Escolas Cidadãs Integradas. O projeto "Panapaná – Novembro das Artes Visuais", na Galeria Archidy Picado, e a tradicional Noite da Música Preta marcaram a agenda, que também homenageou o multiartista Pedro Osmar.



2025

Educação, mobilização e encerramento no Teatro Paulo Pontes

Em 2025, o festival ampliou o foco no combate ao racismo e na formação de jovens. As atividades começaram na Escola Estadual Daura Santiago Rangel, no bairro José Américo, com oficinas literárias voltadas à diversidade étnico-racial e à poesia negra como instrumento de resistência. O encerramento ocorreu em 30 de novembro, no Teatro Paulo Pontes, reunindo artistas da cena afro-paraibana na tradicional Noite da Música Preta.





V Coepir-PB

compromisso da gestão com a construção de uma Paraíba antirracista

O Governo da Paraíba, por meio da SEMDH, realizou em 10 de julho de 2025, em João Pessoa, a Plenária de Atualização da V Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Paraíba (V Coepir/PB), reafirmando o compromisso da gestão com a construção de uma Paraíba antirracista. O encontro ocorreu na Academia de Polícia Civil da Paraíba (Acadepol) e reuniu delegadas e delegados de diversas regiões do estado.

A secretária Lídia Moura destacou que a democracia só se consolida com o enfrentamento ao racismo e com a efetiva participação social. A mesa contou ainda com representantes ins-

titucionais e lideranças dos povos tradicionais, reforçando a importância da escuta qualificada e do protagonismo dos territórios.

Durante a plenária, foram eleitas 15 propostas nacionais, organizadas por eixos temáticos, que subsidiaram a etapa nacional da conferência, em Brasília. O processo garantiu critérios de gênero, diversidade e participação juvenil, fortalecendo a construção coletiva de políticas públicas voltadas à justiça e à reparação racial. A iniciativa foi coordenada pela Gerência Executiva de Equidade Racial da Semdh, consolidando o diálogo com os municípios e ampliando as estratégias de promoção da igualdade racial em todo o estado.



Fortalecimento institucional da Secretaria

nos territórios e pela ampliação da autonomia das comunidades tradicionais

José Ribeiro (Zé Ribeiro), gerente operacional de Políticas de Ações Afirmativas desde 2022, residente no município de Pombal, no Sertão da Paraíba, destaca que o período foi marcado pelo fortalecimento institucional da Secretaria nos territórios e pela ampliação da autonomia das comunidades tradicionais.

Entre as principais ações, ele aponta a promoção de cursos de capacitação voltados para mulheres quilombolas e negras nas áreas de beleza, artesanato e confecção contribuindo para geração de renda e organização comunitária. Também houve articulação junto às Câmaras Municipais para reconhecimento formal das comunidades quilombolas, fortalecendo sua visibilidade política e institucional.

Outro avanço foi a implementação do programa Dignidade Menstrual, ampliando o acesso de jovens mulheres negras a itens básicos de higiene, além da entrega de mais de 1.800 cestas alimentares, em parceria com o Ministério da Igualdade Racial, com acompanhamento direto da Secretaria.

No campo institucional, Zé Ribeiro ressalta o debate sobre o Estatuto da Igualdade Racial, a promoção de protocolos de enfrentamento ao racismo junto às prefeituras e o estímulo à criação de Coordenadorias Municipais da Mulher e da Igualdade Racial. Segundo ele, a presença mais frequente da Secretaria nos meios de comunicação do interior também contribuiu para dar transparência às ações e aproximar a gestão da população.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS

O município de Pombal conta com três comunidades quilombolas reconhecidas – Daniel, Rufinos e Barbosa, e avança no processo de reconhecimento da comunidade Quatro Raízes. A região integra um conjunto expressivo de comunidades no Sertão, incluindo municípios como Catolé do Rocha, Coremas, Triunfo, Cajazeirinhas e Santa Luzia.

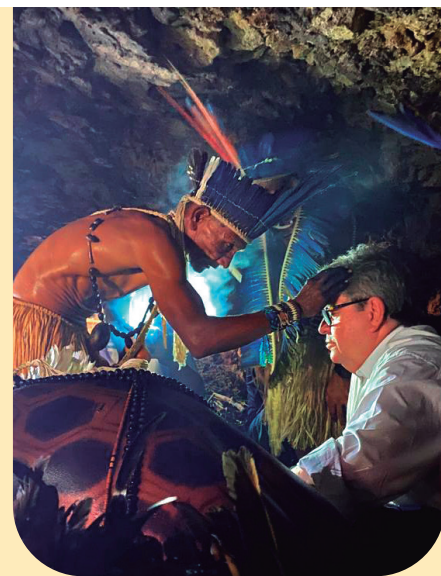
No trabalho com povos ciganos, que abrange Sousa e Condado, a Secretaria tem apoiado a elaboração de projetos, promovido festivais culturais e realizado encontros formativos sobre direitos hu-



“A presença mais frequente da Secretaria nos meios de comunicação do interior também contribuiu para dar transparência às ações e aproximar a gestão da população.”

manos para crianças e adolescentes. Também vem incentivando a criação de um setorial voltado à juventude cigana, ampliando o protagonismo juvenil e fortalecendo a organização interna dos grupos.

Para Zé Ribeiro, o período de 2022 a 2025 consolidou uma política de ações afirmativas pautada na autonomia, no acesso a recursos por meio de editais e na presença efetiva do Estado nos territórios historicamente invisibilizados.



Distribuição de sementes e investimentos nos territórios Potiguara e Tabajara

No Dia dos Povos Indígenas, celebrado em 19 de abril de 2023, o governador João Azevêdo realizou uma série de entregas no município de Baía da Traição, no Litoral Norte do estado, território tradicional do povo Potiguara. Durante a agenda, foi autorizada a abertura de licitação para o asfaltamento de vias na Aldeia Jaraguá, com extensão de 1.750 metros quadrados e investimento de R\$ 220 mil.

A ação incluiu ainda a entrega de 100 mil larvas de alevinos (tambaqui, tilápia ou espécies similares), uma tonelada de sementes de milho, uma tonelada de sementes de feijão, meia tonelada de sementes de inhame e mudas de árvores nativas, com destaque para o jenipapo, iniciativas voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e da produção sustentável nas aldeias.

Durante o evento, o governador reafirmou o compromisso da gestão com a ampliação de políticas públicas destinadas aos povos originários. A secretária Lídia Moura destacou que a iniciativa reforça o dever institucional de garantir direitos e dignidade aos povos indígenas, ressaltando ações recentes como a homenagem aos povos originários no Salão do Artesanato Paraibano de 2023.

O cacique geral do povo Potiguara, Sandro Gomes, agradeceu os investimentos realizados nas aldeias e enfatizou avanços em áreas como educação, infraestrutura e cultura, citando reformas e construções de quadras, implantação de laboratórios de robótica, novas escolas e pavimentações.

Desde 2019, o Governo da Paraíba vem desenvolvendo ações estruturadas de valorização dos povos indígenas, incluindo combate à insegurança



alimentar com distribuição de alevinos e sementes, acesso a crédito por meio do Empreender-PB, ampliação da cobertura da Patrulha Maria da Penha, implantação da Escola Cidadã Integral Técnica Matias Freire com projeto pedagógico voltado à cultura indígena e realização dos Jogos Indígenas, consolidando uma política pública contínua de reconhecimento, proteção e fortalecimento dos territórios tradicionais.

Museu da Diáspora Negra e das Etnias Paraibanas: Justiça histórica em construção

Em 8 de setembro de 2025, o governador João Azevêdo assinou, na sede da Academia Paraibana de Letras (APL), em João Pessoa, a ordem de licitação para reforma e restauração do prédio que abrigará o Museu da Diáspora Negra, dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais da Paraíba, além da construção do Memorial Augusto dos Anjos. O investimento total é de aproximadamente R\$ 7,4 milhões e integra a política de revitalização do Centro Histórico da capital.

O Museu será instalado na Praça Rio Branco, em imóvel que, no período colonial, serviu como residência do Capitão-Mor da província da Paraíba. A área, que também abrigou antigo pelourinho e está situada nas imediações da antiga Cadeia Pública, passa a assumir nova função simbólica: transformar um espaço historicamente marcado pela repressão e os horrores da escravidão em território de memó-

ria, resistência e afirmação cultural.

Para a secretária, Lídia Moura, a iniciativa representa reposicionamento histórico e reparação institucional. Segundo ela, a escolha do Centro Histórico dialoga com a ocupação cultural promovida pela comunidade negra e fortalece circuitos tradicionais como o Sabadinho Bom, ampliando sua dimensão de resistência e pertencimento.



Proposta alinhada à Recomendações da III Conferência Mundial contra o Racismo

A proposta está alinhada às recomendações da III Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban (2001), que orienta a formulação de políticas públicas voltadas à valorização da herança africana, afrodescendente e indígena. Nesse contexto, o Museu se soma a um conjunto de ações estruturadas pelo Governo da Paraíba, por meio da Semdh, como formação de gestores no enfrentamento ao racismo, criação do Fórum Estadual de Gestores de Igualdade Racial e lançamento de editais de incentivo cultural para comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais.

A nova etapa do projeto resulta de articulação interinstitucional. A Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior apoia a formação da equipe técnica, enquanto pesquisadores como o antropólogo Estêvão Palitot (UFPB) coordenam estudos voltados à amplificação das narrativas afrodescendentes e indígenas no estado.

O equipamento contará com seis salas de exposição, biblioteca, loja, sala de apoio, terraço e espaço para café. A previsão é que seja entregue no início de 2027.

Ao ocupar um espaço antes símbolo do poder colonial, o Museu consolida-se como marco de resignificação histórica e cultural. Mais do que equipamento expositivo, torna-se instrumento político de reparação e educação pública, afirmando narrativas plurais e fortalecendo a centralidade das culturas afro-diaspóricas e indígenas na formação da Paraíba e do Brasil.



Memória como estratégia de poder e reparação

A afirmação da memória negra ultrapassa o campo simbólico: trata-se de insurgência política contra o apagamento histórico e o racismo estrutural. “Não é apenas resgate é o enfrentamento direto às estruturas que produziram invisibilidade e desumanização”, afirma a gerente Jadiele Berto.

Ao projetar resistências, intelectuali-

dades e lideranças negras no centro do debate público, promove-se a descolonização do imaginário coletivo e a ruptura de estereótipos que sustentam desigualdades. A memória torna-se ferramenta estratégica para subverter hierarquias raciais e reconstruir a sociedade sob os princípios da reparação histórica e da dignidade preta.

Instalação das placas de identificação quilombola

O Governo da Paraíba realiza o monitoramento e instalação das placas de identificação das Comunidades Quilombolas, em parceria com o Departamento de Estradas de Rodagem da Paraíba (DER-PB). A iniciativa reforça o reconhecimento institucional e a visibilidade territorial das comunidades, contribuindo para a afirmação identitária e o acesso a políticas públicas.

A ação contempla comunidades qui-

lombolas localizadas nos municípios de Boa Vista, Areia, Alagoa Grande, Cacimbas, Cachoeira dos Índios, Cajazeirinhas, Camalaú, Catolé do Rocha, Conde, Congo, Coremas, Diamante, Dona Inês, Mogeiro, Ingá, Serra Redonda, Manaíra, Nova Palmeira, Pombal, Riachão do Bacamarte, Santa Luzia, São Bento, São João do Tigre, São José de Princesa, Serra Branca, Tavares, Triunfo e Várzea.





Programa Lideranças Femininas

O Programa Lideranças Femininas foi estruturado com o objetivo de capacitar mulheres de povos indígenas e comunidades tradicionais para o enfrentamento das violências de gênero, LGBTQIAPNb+fobia, racismo e intolerância religiosa. A iniciativa também fortalece a autonomia econômica, promovendo formação voltada ao empreendedorismo e à organização comunitária.

A ação foi desenvolvida nos municípios de Baía da Traição, Marcação, Rio Tinto, Sousa e Bayeux, consolidando uma rede de formação política e proteção nos territórios tradicionais.



Yasipitã Potiguara

DIREITOS HUMANOS como política de Estado

Institucionalização, formação e transversalidade marcam a atuação da Gerência Executiva de Direitos Humanos na SEMDH


A consolidação da política de Direitos Humanos na Paraíba ganhou novo fôlego a partir de 2023, com a institucionalização da Gerência Executiva de Direitos Humanos (GEDH) no organograma da Secretaria das Mulheres e da Diversidade Humana (SEMDH). Para Sandra Regina Rodrigues dos Santos, gerente executiva, esse foi um marco estratégico que ampliou a capacidade do Estado de organizar, coordenar e monitorar ações voltadas à promoção e à proteção de direitos.

“A criação formal da GEDH fortaleceu ações que já vinham sendo desenvolvidas e garantiu maior efetividade às políticas públicas, especialmente pela ampliação da articulação intersetorial e do monitoramento institucional”, destaca.

Entre os principais avanços do período, está a estruturação de políticas voltadas à proteção de grupos em situação de vulnerabilidade, desenvolvidas de forma transversal junto às demais gerências da SEMDH e em articulação com outros órgãos da administração estadual. Nesse conjunto de ações, a criação da Comissão Estadual de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual se destaca como uma das iniciativas mais relevantes.

A Comissão nasceu de um processo de escuta e construção coletiva, diante da necessidade de institucionalizar mecanismos permanentes de prevenção, acolhimento e responsabilização





Por meio da criação de estruturas permanentes, ações formativas e articulação intersetorial, a Paraíba consolida avanços na promoção dos direitos humanos entre 2019 e 2025.

frente às práticas de assédio no serviço público. A GEDH teve papel central na formulação conceitual da proposta, na articulação com diferentes áreas do governo e na mobilização de gestores e servidores para o reconhecimento do assédio como violação de direitos humanos no ambiente de trabalho.

ATUAÇÃO PEDAGÓGICA E PREVENTIVA

Desde sua criação, instituída pelo Decreto nº 44.860, de 15 de março de 2024, a Comissão tem atuado de forma pedagógica e preventiva. Dados consolidados apontam que mais de 120 comunicados foram encaminhados para análise. Cerca de 40% deles não apresentaram indícios suficientes para caracterização de assédio, o que, segundo Sandra Regina, reforça dois aspectos fundamentais: a qualificação das denúncias, impulsionada pela formação continuada e pela divulgação do Guia Estadual de Prevenção ao Assédio, e a ampliação do acesso dos servidores aos canais institucionais de escuta e orientação.

“O Guia cumpre um papel essencial ao informar e qualificar o entendimento sobre o que é, de fato, o assédio moral e sexual, apresentando exemplos objetivos e fortalecendo uma cultura organizacional baseada no respeito, na ética e na responsabilidade coletiva”, explica.



I Seminário Estadual de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual

Promovido pelo Governo da Paraíba, por meio da SEMDH, em 30 de abril de 2025, o I Seminário Estadual de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual reuniu pesquisadoras, gestoras e servidores públicos para fortalecer a construção de ambientes de trabalho mais éticos, seguros e respeitosos.

O evento marcou o lançamento do Guia Estadual de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual, instrumento inédito de orientação para vítimas, testemunhas e gestores, com informações sobre legislação, identificação de situações de assédio e fluxos de denúncia no serviço público estadual.

Com palestra magna da secretária Lídia Moura e painéis com representantes da Defensoria Pública, Procuradoria do Estado, Judiciário e universidades, o seminário ampliou o debate sobre prevenção, acolhimento e responsabilização, reforçando o compromisso do Estado com a dignidade, os direitos humanos e a cultura de integridade no serviço público.





Sandra Regina Santos, gerente executiva de Direitos Humanos



Guia fortalece política de prevenção e combate ao assédio no serviço público

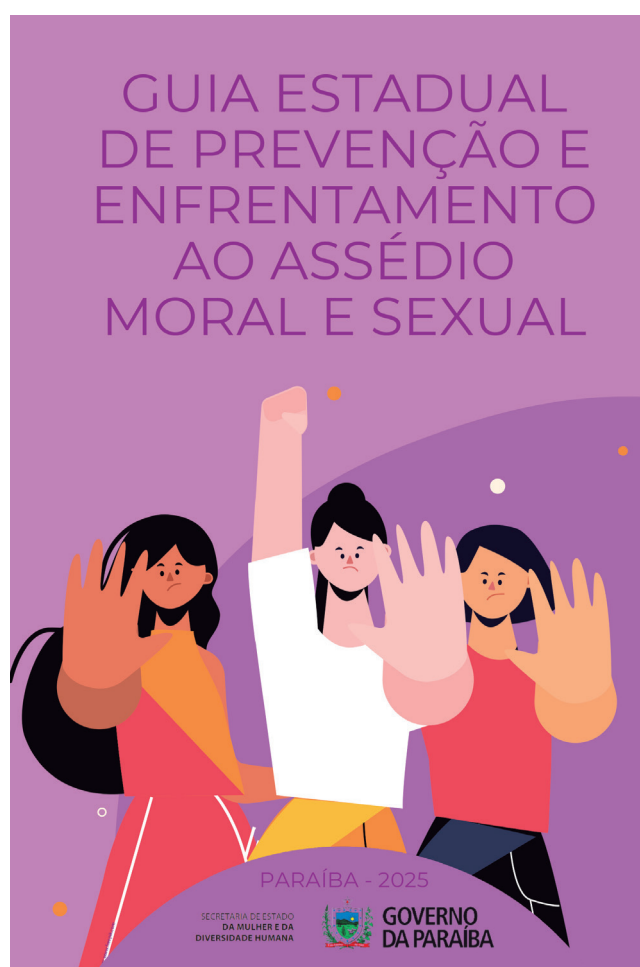
Entre 2019 e 2025, a política de direitos humanos do Governo da Paraíba avançou na consolidação de instrumentos institucionais voltados à proteção e valorização de servidoras e servidores públicos. Um dos marcos desse processo foi o lançamento do Guia de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual, elaborado pela Semdh.

A publicação integra um conjunto de ações estruturantes da gestão, voltadas à construção de ambientes de trabalho mais seguros, éticos e respeitosos. O guia orienta sobre como identificar práticas de assédio moral e sexual, esclarece direitos, detalha fluxos de denúncia e apresenta os canais institucionais de acolhimento e apuração.

O material também fortalece o trabalho da Comissão Especial de Prevenção e Combate ao Assédio ampliando os mecanismos de escuta, responsabilização e prevenção no âmbito da administração pública estadual.

O enfrentamento ao assédio é uma pauta urgente. Dados do Mapa do Assédio no Brasil 2024 apontam que 41% das pessoas que sofreram assédio nos últimos 12 meses foram vítimas no ambiente de trabalho. O assédio moral representa 46% dos casos, seguido do assédio sexual, com 14%. Ainda segundo o levantamento, 92% das vítimas não denunciam por medo de retaliação ou descrença na apuração. Em 2023, o Ministério Público do Trabalho registrou 8.458 denúncias, e o Anuário de Segurança Pública indicou aumento de 49,7% nos casos de assédio sexual em 2022.

Diante desse cenário, a gestão estadual reafirmou compromisso com a proteção das trabalhadoras e dos trabalhadores, fortalecendo políticas públicas que promovam dignidade, equidade e respeito. A vinculação da Comissão Especial à Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana reforça a compreensão de que o enfrentamento ao assédio deve considerar as especificidades de gênero e diversidade.



O que é o Guia?

Instrumento de orientação e conscientização para prevenir e enfrentar o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.

ACESSE O GUIA AQUI





Formação sobre assédio moral e sexual para servidores da CAGEPA (Patos/PB)

QUEM PODE UTILIZAR O GUIA?

Servidoras e servidores públicos, gestores(as) e testemunhas.

OBJETIVOS PRINCIPAIS DO GUIA

Informar e conscientizar; Orientar sobre como identificar o assédio; Indicar canais de denúncia e acolhimento; Fortalecer a cultura de respeito no serviço público.

PREVENÇÃO AO ASSÉDIO: compromisso da gestão 2019–2025

COMPROMISSO DA GESTÃO

Garantir um ambiente profissional seguro, ético, inclusivo e livre de qualquer forma de violência.

MARCO INSTITUCIONAL

Criação da Comissão Especial de Prevenção e Combate ao Assédio (Decreto nº 44.860/2024).



Entrega do guia sobre assédio em órgãos públicos



Formação sobre assédio moral e sexual para servidores da CAGEPA, (Patos-PB)



Formação sobre Assédio Moral e Sexual para servidores da Agevisa.



Com o presidente da AGE-VISA, Geraldo Moreira, na capacitação para funcionários do órgão sobre assédio.

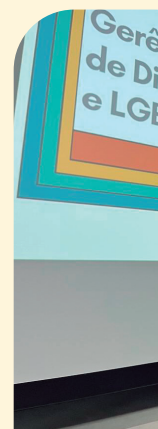
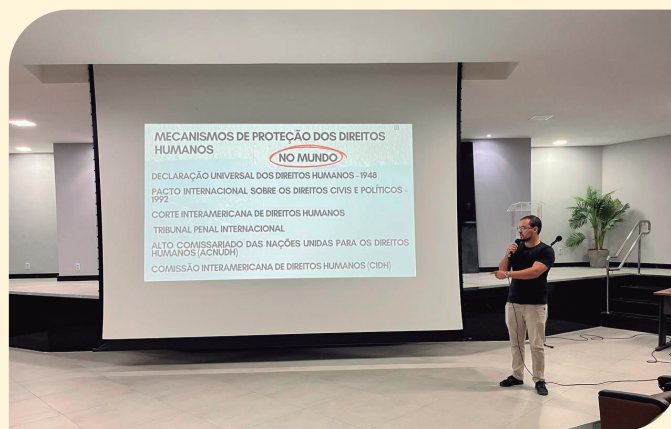


Capacitação Entrelace

Formação em Direitos Humanos fortalece o serviço público

Outro eixo estruturante da atuação da GEDH foi o fortalecimento das ações formativas, com destaque para a Capacitação Entrelace, que se consolidou como política permanente de formação em gênero, diversidade e antirracismo. Desde 2023, mais de 2 mil servidores públicos foram formados. Os resultados das avaliações demonstraram alto impacto institucional: 98,7% dos participantes consideraram os temas relevantes ou muito relevantes; 99,3% avaliaram o conteúdo como claro e compreensível; e 98,7% relataram sentir-se mais aptos a atuar em pautas relacionadas aos direitos humanos e à diversidade.

As avaliações qualitativas indicam ainda avanços na qualificação do atendimento ao público e no fortalecimento da atuação intersetorial, consolidando o Entrelace como ação estruturante da educação em direitos humanos no Estado.



IMPACTO INSTITUCIONAL

Alto impacto institucional, com fortalecimento da atuação técnica e ampliação da capacidade do serviço público em promover políticas de direitos humanos e diversidade.





Primeira Infância

A atuação da GEDH também se fez presente na agenda da infância, com a participação da SEMDH na Comissão Estadual da Primeira Infância. Embora não seja uma política executada diretamente pela secretaria, a pauta é compreendida como transversal. “É preciso uma aldeia inteira para cuidar de uma criança”, lembra Sandra Regina, citando um provérbio africano que sintetiza a lógica da atuação intersetorial.

Nesse campo, a contribuição da SEMDH se deu de forma estratégica na elaboração do Plano Decenal Estadual de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (2023–2032) e do Plano Decenal da Primeira Infância na Paraíba (2023–2032), assegurando a incorporação de princípios como equidade, não discriminação, diversidade e proteção integral. A GEDH fortaleceu o debate sobre uma infância diversa e plural, considerando recortes étnico-raciais e de gênero como elementos centrais para a garantia de direitos.

Para a gerente executiva, a atuação transversal da SEMDH ao longo da gestão foi decisiva para integrar a perspectiva dos direitos humanos às políticas públicas estaduais. A articulação com áreas como saúde, educação, segurança pública, assistência social, sistema de justiça e gestões municipais permitiu superar abordagens setoriais e promover respostas mais integradas às violações de direitos.

O legado deixado para as próximas gestões, segundo Sandra Regina, é a institucionalização da política de direitos humanos como política de Estado. “Deixamos marcos normativos, fluxos de atuação, mecanismos de prevenção de violações e uma política permanente de formação de servidores. Esses avanços garantem continuidade, sustentabilidade e maior capacidade do Estado em promover ambientes institucionais mais justos, inclusivos e comprometidos com a dignidade humana”, conclui.



AVALIAÇÕES QUALITATIVAS

98,7% ● Consideraram os temas relevantes ou muito relevantes.

99,3% ● Avaliaram o conteúdo como claro e compreensível.

98,7% ● Relataram sentir-se mais aptos a atuar em pautas relacionadas aos direitos humanos e à diversidade.



Articulação e incidência internacional

A Paraíba no centro das agendas globais de gênero, cuidado e justiça climática

A Secretaria das Mulheres e da Diversidade Humana da Paraíba (Semdh) consolidou uma estratégia que ultrapassou fronteiras: transformar políticas públicas locais em referência internacional. Em diálogo com o Ministério das Mulheres, com a ONU Mulheres, o Ministério das Mulheres, a CEPAL, a ONU-Habitat, o Pacto Global e redes multilaterais, a Paraíba passou a ocupar espaços estratégicos de formulação e incidência política global.

A presença em fóruns como a Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), na Conferência Regional da Mulher da América Latina e do Caribe (Cepal), na COP30 e no Congresso Pan-Africano, reafirma uma compreensão estruturante: cuidado, justiça climática, igualdade racial e direitos humanos são agendas inseparáveis.

CSW: articulação internacional e protagonismo local

Desde 2024, o governo da Paraíba, por meio da Semdh, passou a integrar a agenda da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), principal instância global das Nações Unidas dedicada à promoção da igualdade de gênero. A participação da Paraíba na 68ª sessão, em Nova Iorque, marcou o início de uma atuação estratégica em espaços internacionais de diálogo e intercâmbio de políticas públicas para mulheres.

Na CSW68, a Semdh foi inserida na delegação brasileira e a secretária Lídia Moura participou de debates e iniciativas voltadas à promoção da igualdade de gênero, como eventos paralelos promovidos pelo Ministério das Mulheres e o Pacto Global da ONU. Nessa sessão, das discussões finais para aprovação do documento da CSW68 uma das lutas foi o re-

conhecimento das mulheres de descendência africana, fortalecendo o compromisso com a justiça racial e os direitos humanos. A presença do estado se deu em agendas paralelas, encontros institucionais e articulações com organismos multilaterais e governos subnacionais.

Desde 2024, o Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (Semdh), passou a integrar a agenda da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), principal instância global das Nações Unidas dedicada à promoção da igualdade de gênero. A participação na 68ª sessão, em Nova Iorque, marcou o início de uma atuação estratégica do estado em fóruns internacionais de diálogo e intercâmbio de políticas públicas para mulheres.





SEMDH NA DELEGAÇÃO BRASILEIRA

Na CSW68, a Semdh integrou oficialmente a delegação brasileira, com a secretária Lídia Moura participando de debates de alto nível e de eventos paralelos promovidos pelo Ministério das Mulheres e pelo Pacto Global da ONU.

Durante as negociações do documento final, um dos pontos defendidos nas articulações foi o reconhecimento das mulheres de descendência africana, reforçando o compromisso com a justiça

racial e os direitos humanos.

O tema prioritário — acelerar a igualdade de gênero enfrentando pobreza, fome e fragilidades institucionais — dialogou com um cenário global desafiador: hoje, 10,3% das mulheres vivem em extrema pobreza, e o ritmo de superação dessa desigualdade precisa ser 26 vezes mais rápido para que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sejam alcançados até 2030.



A secretária Lídia Moura participou de debates de alto nível e de eventos paralelos promovidos pelo Ministério das Mulheres e pelo Pacto Global da ONU.





**BEIJING
+30**

Revisão histórica e protagonismo ampliado

Em 2025, a atuação foi ampliada durante a 69ª sessão da CSW, realizada de 10 a 21 de março, na sede da ONU, em Nova York. A CSW69 teve como eixo central a revisão e avaliação dos 30 anos da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (Beijing+30), marco histórico firmado em 1995 que orienta políticas globais para a promoção dos direitos das mulheres.

A sessão avaliou avanços e desafios persistentes na igualdade de gênero, com foco especial na erradicação da pobreza, no enfrentamento da fome e no fortalecimento do empoderamento econômico e político das mulheres. Para a secretária Lídia Moura, acompanhar o processo de revisão foi uma experiência estratégica e simbólica.

“Participar da revisão do Beijing+30 é compreender o quanto avançamos, mas também o tamanho dos desafios que permanecem. Estar ali, acompanhando as negociações e os posicionamentos dos países, reforça a responsabilidade dos governos locais. A experiência da Paraíba mostra que é possível transformar compromissos internacionais em políticas concretas, com impacto real na vida das mulheres”, destacou.

Durante a CSW69, Lídia Moura, também coordenadora da Câmara Temática das Mulheres do Consórcio Nordeste, participou do evento paralelo oficial “Lideranças Femininas Locais: Transformando o Clima e o Cuidado no Brasil e na América Latina”. A atividade foi organizada pelo Consórcio Nordeste, pela Columbia University, pela Columbia Women’s Leadership Network e pela CGLU, com apoio do Ministério das Mulheres e da ONU Mulheres para América Latina e Caribe, além da participação de Maria Noel Vaeza, da CEPAL. O debate evidenciou o cuidado como eixo estruturante das políticas públicas e elemento central para a justiça climática e social.

Ainda em Nova York, a secretária participou de uma roda de conversa promovida pelo Brazil Talks, na Columbia University, com o tema “Desafios, avanços e estratégias para fortalecer políticas locais para as mulheres no Brasil”. O encontro reuniu especialistas e lideranças para discutir caminhos concretos de fortalecimento das políticas públicas nos territórios,



“A experiência da Paraíba mostra que é possível transformar compromissos internacionais em políticas concretas...”

destacando o papel estratégico de estados e municípios na consolidação da igualdade de gênero.

Nas agendas internacionais, a Paraíba apresentou sua atuação estruturada em quatro frentes estratégicas: gênero, igualdade racial, políticas LGBTQI+ e direitos humanos. Foram destacados programas como o Empreender Mulher, voltado ao crédito qualificado para o empreendedorismo feminino; o Prefeitura Parceira das Mulheres, presente em 114 municípios, com 80 cidades certificadas; e o edital Meninas e Mulheres na Ciência, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia.

A presença nas duas edições da CSW consolidou a estratégia de incidência internacional da gestão 2019–2025: dialogar com o mundo a partir de políticas implementadas no território. Mais do que presença institucional, a atuação reafirma o papel do Nordeste, por meio do Consórcio Nordeste, como ator relevante na construção de agendas globais voltadas à igualdade de gênero, ao enfrentamento das violências e à valorização do cuidado como fundamento do desenvolvimento sustentável.



XVI Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe

CEPAL, no México: a sociedade do cuidado como escolha política

Pela primeira vez, o Governo da Paraíba participou da programação oficial da XVI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, promovida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), levando ao cenário internacional sua experiência na construção de políticas públicas voltadas à Sociedade do Cuidado. O evento “Avançando para a Construção da Sociedade dos Cuidados na América Latina e no Caribe”, realizado pelo Governo do México, por meio da Secretaria de Mulheres, e pelo Instituto Global HER, com coordenação de Thamyres Elpídio, aconteceu no Auditório Alfonso García Robles, no Centro Cultural Universitario Tlatelolco, reunindo ministras, vice-ministras, gestoras públicas e especialistas de diversos países da região.

Representando o governo da Paraíba, a secretária Lídia Moura apresentou a experiência local na formulação e implementação de políticas estruturadas de cuidado. Em sua intervenção, afirmou que

“para nós, o cuidado é mais do que uma tarefa: é uma escolha política. É uma tecnologia ancestral que sustenta a vida e precisa ser reconhecida como um pilar do desenvolvimento e um direito humano”.

MODELO DE GESTÃO PÚBLICA

Desde 2019, a Paraíba consolidou um modelo de gestão pública baseado na intersectorialidade e na transversalidade, com orçamento próprio destinado às políticas de gênero, igualdade racial, diversidade sexual, direitos humanos e enfrentamento às violências. Entre as ações destacadas estão o Hospital da Mulher Dona Creuza Pires, com atendimento humanizado e ambulatórios especializados, incluindo acolhimento para vítimas de violência sexual; a expansão dos Centros de Referência da Mulher no interior; a Patrulha Maria da Penha, integrando segurança pública e assistência social; Casas Abrigo e Casas de Acolhida Provi-



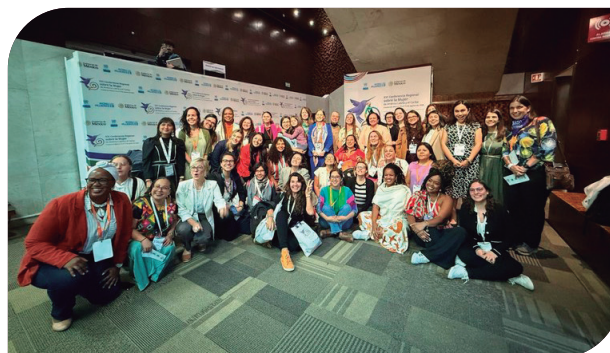
sória para proteção imediata de mulheres em risco; o Programa Empreender Mulher, com linha de crédito específica para mulheres em situação de violência e vulnerabilidade; a política habitacional com prioridade na titularidade dos imóveis para mulheres; o Programa Cidade Madura, voltado à moradia assistida para pessoas idosas; e os Restaurantes Populares, fortalecendo a segurança alimentar de mulheres e suas famílias.

PILARES FUNDAMENTAIS

Ao defender o cuidado como direito, Lídia Moura destacou três pilares fundamentais para a consolidação dessa agenda: intersectorialidade, integrando saúde, educação, segurança, assistência, cultura e justiça; interseccionalidade, com atenção às múltiplas realidades de mulheres negras, indígenas, com deficiência, idosas e LBTQIA+; e investimento público estruturado, com orçamento adequado, equipes capacitadas e infraestrutura qualificada. “Valorizar o cuidado é também valorizar a democracia e o pacto civilizatório que sustenta a vida em comunidade”, afirmou.

A mesa contou com a participação da vice-ministra do Governo do México, María Elvira Concheiro Bórquez; representantes da Colômbia e da Cidade do México; da secretária nacional de Cuidados e Família do Brasil, Laís Abramo; e da secretária nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do Ministério das Mulheres, Rosane da Silva. Durante sua fala, María Elvira Concheiro Bórquez ressaltou que “a construção de uma sociedade do cuidado exige cooperação internacional e compromisso político para colocar a vida no centro das decisões públicas”, destacando que experiências como a da Paraíba fortalecem o caminho regional. Laís Abramo reforçou que o cuidado é um direito humano e um dever do Estado, defendendo políticas públicas robustas, intersectoriais e interseccionais para reconhecer e valorizar o trabalho de cuidado, remunerado e não remunerado.

A experiência paraibana também foi apresentada como parte de um movimento mais amplo articulado pelo Consórcio Nordeste, que reúne os nove estados da região na promoção de legislações conjuntas, formação técnica, protocolos integrados e difusão de boas práticas na agenda do cuidado. Encerrando sua participação, Lídia Moura sintetizou o posicionamento do estado: “Não haverá transição para uma sociedade do cuidado sem escutar as mulheres que cuidam. Não haverá justiça sem redistribuição do cuidado. Na Paraíba, o cuidado é compromisso com a vida. Seguimos firmes, unidas e em movimento”.





COP30
BRASIL
AMAZÔNIA
BELÉM 2025

Cuidado como eixo da justiça climática

Na COP30, realizada em Belém do Pará, a agenda de gênero ganhou centralidade no painel “Cuidado, Gênero e Clima - Pactos Regionais para a Transformação Sustentável”, promovido pelo Consórcio Nordeste em parceria com o Governo da Paraíba, por meio da Semdh e da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas). O encontro aconteceu na Green Zone, no espaço do Consórcio Nordeste, com apoio do ONU-Habitat e da Global HER.



Representando o Governo da Paraíba, participaram as secretárias Lídia Moura (Semdh) e Rafaela Camaraense (Semas). Lídia, coordenadora da Câmara Temática de Mulheres do Consórcio Nordeste, destacou o cuidado como categoria política indispensável à justiça climática e ressaltou o protagonismo das mulheres nordestinas na defesa dos territórios. Rafaela apresentou as experiências da Paraíba na transição energética, na restauração ambiental e nas estratégias de adaptação no Semi-árido, consolidando o estado como referência nacional em políticas climáticas integradas.

A ministra Márcia Lopes reforçou o compromisso do Governo Federal em integrar equidade de gênero e cuidado às políticas de enfrentamento da emergência climática. “O cuidado precisa ser reconhecido como infraestrutura essencial da vida. Sem políticas que apoiem quem cuida, sobretudo



mulheres negras, indígenas e periféricas, não haverá transição justa.”

O painel reafirmou que o cuidado não é dimensão acessória, mas eixo estruturante das respostas à crise climática. A mensagem construída coletivamente foi inequívoca: não há justiça climática sem justiça de gênero.





Paraíba na agenda pan-africana de reparação e justiça para as mulheres

=A presença da Paraíba no 9º Congresso Pan-Africano, realizado em Lomé, capital do Togo, marcou um dos momentos mais simbólicos da agenda internacional da gestão 2019–2025. Com o tema “Renascimento do Pan-Africanismo e o papel da África na reforma das instituições multilaterais: mobilizando recursos e reinventando-se para agir”, o encontro reuniu lideranças políticas, intelectuais e representantes da diáspora africana para debater reparação histórica, financiamento e justiça global.

O Governo da Paraíba integrou a delegação brasileira, composta por cerca de 70 participantes, por meio da Secretaria das Mulheres e da Diversidade Humana (Semdh) e da Gerência Racial da Semdh. Representando o estado, a secretária Lídia Moura participou de duas comissões centrais do Congresso: a Comissão sobre Reparação e a Comissão nº 7, dedicada ao tema “O papel e o lugar das mulheres no movimento pan-africano”.

Nos debates da Comissão das Mulheres, a secretária participou da discussão da criação de um

fundo internacional voltado ao financiamento de políticas estruturantes para mulheres africanas e afro-descendentes em todo o mundo. A proposta busca garantir direitos, autonomia econômica e condições dignas de vida, articulando países africanos, diáspora e governos aliados.

“Na comissão das mulheres, a grande defesa é a criação de um fundo que possa financiar políticas estruturantes para as mulheres. A ideia é que essa agenda inspire também a União e governos nacionais, como o Brasil, a assumirem esse compromisso de forma concreta”, afirmou Lídia Moura.

As discussões retomaram marcos internacionais como a Agenda da União Africana, o Protocolo de Maputo, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a Década 2021–2031 das Raízes Africanas e da Diáspora Africana. O consenso foi claro: ampliar a participação das mulheres nos espaços de decisão política e econômica e enfrentar, de forma estruturada, as múltiplas violências e desigualdades que atravessam suas vidas.





COMPROMISSO COLETIVO

Um dos momentos mais emblemáticos ocorreu quando participantes, entre eles Lídia Moura, ergueram cédulas de suas próprias moedas nacionais, simbolizando o compromisso coletivo com a construção de mecanismos financeiros concretos para sustentar políticas públicas para mulheres.

Na Comissão de Reparação, o debate avançou sobre o reconhecimento histórico do saque de riquezas, bens culturais e patrimônios africanos, hoje espalhados por museus e instituições ao redor do mundo. Defendeu-se não apenas a devolução dessas peças, mas também indenizações e investimentos estruturantes capazes de promover desenvolvimento e justiça histórica. O Congresso reforçou ainda o reconhecimento da diáspora como “sexta região” da União Africana, incluindo afrodescendentes das Américas, Europa e Ásia nas políticas de reparação.

“Quando falamos de reparação, falamos de presente e de futuro. A África e a diáspora foram exploradas e ainda sofrem as consequências dessa desigualdade histórica. É fundamental que os afrodescendentes nas Américas também estejam incluídos nesses fundos e políticas, e que experiências como as da Paraíba dialoguem com essa agenda pan-africana”, destacou a secretária.

Ao retornar ao Brasil, a Semdh assumiu o compromisso de sistematizar as recomendações das comissões e levá-las aos espaços estaduais e nacionais de articulação em políticas para mulheres, igualdade racial e direitos humanos. A participação em Lomé consolidou a Paraíba como interlocutora ativa na agenda

internacional de justiça reparatória, conectando o debate pan-africano às políticas públicas já em curso no estado e reafirmando que igualdade racial e direitos das mulheres são dimensões indissociáveis da democracia e do desenvolvimento.

RECONHECIMENTO E ARTICULAÇÃO FEDERATIVA

A presença da Paraíba nos fóruns internacionais tem sido reconhecida pelo Ministério das Mulheres como exemplo de articulação federativa. A ministra Márcia Lopes ressaltou que estados como a Paraíba demonstram que a transformação começa nos territórios e se projeta para o mundo: “O que vemos na Paraíba é uma política estruturada, com orçamento, articulação intersetorial e compromisso com a vida das mulheres. Essa experiência fortalece o pacto federativo e contribui para que o Brasil avance nas agendas globais de igualdade, cuidado e justiça climática.”

Ao longo da gestão 2019–2025, a Semdh consolidou uma estratégia que articula municípios, Consórcio Nordeste, Governo Federal e organismos internacionais. Não se trata apenas de presença institucional em eventos globais, mas de incidência política qualificada, capaz de influenciar agendas, compartilhar metodologias e construir pactos regionais e internacionais. A Paraíba demonstra que políticas públicas locais, quando sustentadas por compromisso político e participação social, tornam-se referência global.

UM PALÁCIO LILÁS

no coração da cidade

No coração da cidade, a política pública ganha endereço, memória e permanência. Em 16 de dezembro de 2024, o Governo da Paraíba transformou um gesto administrativo em marco político. Ao inaugurar a nova sede da Secretaria de Estado das Mulheres e da Diversidade Humana (SEMDH), instalada em um casarão histórico restaurado na Avenida João da Mata, em Jaguaribe, o governador

João Azevêdo reafirmou a centralidade de uma agenda que, ao longo do ciclo 2019–2025, deixou de ocupar as margens do organograma para se afirmar como eixo estruturante do projeto de governo.

O investimento superior a R\$ 5,3 milhões contemplou a restauração integral do prédio histórico, que incluiu a construção de um anexo moderno, capaz de abrigar equipes técnicas, setores estratégicos e ampliar a capacidade de atendimento. Mais do que uma nova estrutura física, a entrega simbolizou um reposicionamento institucional: a política para mulheres e diversidade não é acessória, é estruturante.

PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E POLÍTICA PÚBLICA

Instalada no Centro Histórico de João Pessoa, a nova sede integra a estratégia estadual de revitalização urbana com ocupação qualificada de prédios públicos. A escolha do imóvel não foi apenas técnica. Ao ocupar um espaço de valor histórico, o Estado conecta memória e futuro, patrimônio e cidadania.

A cerimônia de inauguração traduziu essa dimensão simbólica. O governador foi recebido pelo grupo Pontões Mirins, da comunidade qui-

lombola Os Daniel, do município de Pombal, presença que reforçou o compromisso com diversidade étnico-racial e cultura popular como dimensões indissociáveis da política pública.

Ao discursar, o Governador João Azevêdo destacou que a revitalização de prédios históricos no Centro não se resume à preservação arquitetônica, mas integra uma visão de gestão que associa inclusão social, cuidado com as pessoas e fortalecimento institucional.

A obra, executada pela Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado (Suplan), liderada pela Engenheira Simone Guimarães, requalificou ambientes como recepção, salas de reunião, gabinetes, assistência técnica e setores administrativos. O novo anexo passou a abrigar áreas estratégicas como Comunicação, Tecnologia da Informação, Jurídico, Ouvidoria e as Gerências Executivas de Equidade Racial, Equidade de Gênero, Direitos Humanos e Direitos LGBTQIAPN+, além de estacionamento próprio e espaços de atendimento ampliados.

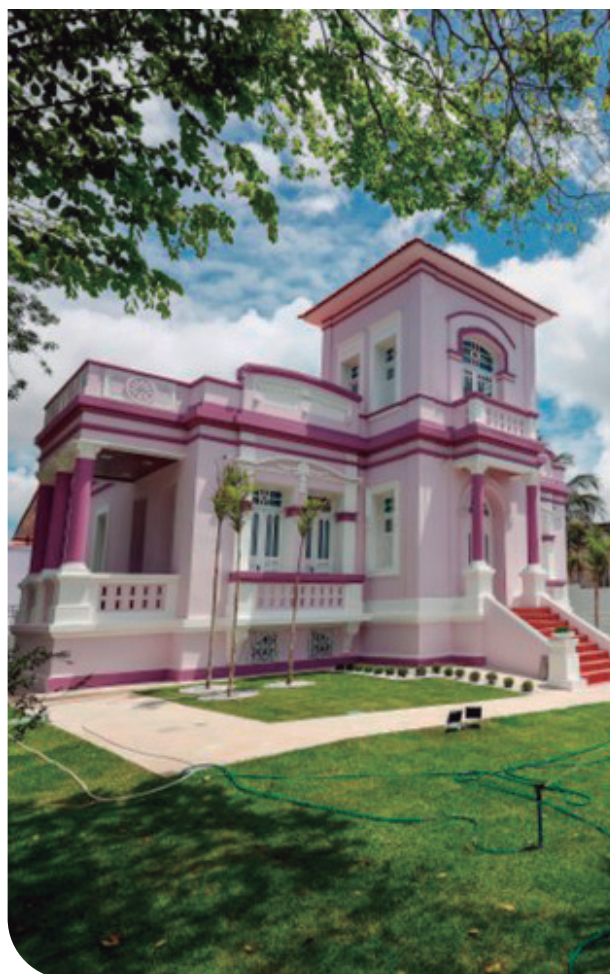
A reorganização física acompanha a consolidação de uma política em rede, construída ao longo dos últimos anos em articulação com o sistema de justiça, forças de segurança, outras secretarias e sociedade civil.

Durante a solenidade, o governador relembrou que, entre as mulheres acompanhadas pela Patrulha Maria da Penha no estado, não houve registro de feminicídio, dado que expressa a efetividade da atuação integrada. Também citou a implantação da Casa Cris Nagô e do Centro da Igualdade Racial João Balula como marcos da política de inclusão.



Reconhecimento e centralidade

Para a secretária Lídia Moura, a nova sede representa o reconhecimento de uma trajetória coletiva. Ao ocupar um prédio histórico restaurado, a Secretaria passa a simbolizar, no espaço urbano, a consolidação institucional de pautas historicamente impulsionadas por movimentos sociais. Representantes do movimento feminista, da população LGBTQIAPN+ e da Coalizão Negra por Direitos presentes na cerimônia destacaram que o novo espaço é resultado de décadas de mobilização social e diálogo com o poder público. A leitura compartilhada era clara: o “palácio lilás”, como foi apelidado por participantes, materializa uma política que saiu da resistência para a estrutura de Estado.



Um marco no ciclo 2019–2025

A inauguração da nova sede encerra um ciclo marcado pela ampliação orçamentária, interiorização das ações e consolidação de programas estruturantes. Entre 2019 e 2025, a política estadual para mulheres e diversidade ampliou a capilaridade territorial, fortaleceu organismos municipais, instituiu protocolos de investigação de feminicídio e expandiu políticas

de inclusão racial e LGBTQIAPN+. A nova sede sintetiza essa trajetória: é ao mesmo tempo ponto de chegada e plataforma de continuidade. Ao ocupar o Centro Histórico com uma política de direitos, o Estado envia uma mensagem inequívoca: igualdade e diversidade não são pautas periféricas. São parte do núcleo do projeto de desenvolvimento social da Paraíba.



ESTRUTURA QUE SUSTENTA A POLÍTICA PÚBLICA

Gabinete da Secretária

Sob a coordenação de Lídia Moura, o gabinete articula a direção estratégica da política estadual, com equipe de assessoramento direto e chefia de gabinete responsável pela integração entre áreas técnicas e agenda institucional.



Recepção

A recepção da Secretaria de Estado das Mulheres e da Diversidade Humana orienta e conduz o atendimento para as equipes técnicas da SEMDH.



Gerência Executiva de Igualdade Racial

Composta majoritariamente por profissionais negras e negros, atua nas agendas de equidade racial, povos indígenas, articulação territorial no interior do estado e assessoramento técnico às políticas afirmativas.



Gerência Executiva de Equidade de Gênero

Coordena subequipes de enfrentamento à violência doméstica, articulação com Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs), ações de autonomia econômica e integração com a rede de acolhimento.

ESTRUTURA QUE SUSTENTA A POLÍTICA PÚBLICA



Assessoria de Comunicação

Formada por jornalista, designer e mídia social, traduz as ações da Secretaria para a sociedade, fortalecendo transparência, informação e mobilização social.



Gerência Administrativa e Operacional

Responsável por recursos humanos, gestão administrativa e suporte técnico, assegura o funcionamento cotidiano da estrutura e a execução eficiente dos programas.



Gerência Executiva de Direitos LGBTQIAPNB+

Equipe especializada na promoção de direitos, enfrentamento à LGBTQIAPNB+fobia e articulação com movimentos sociais, consolidando políticas pioneiras de acolhimento e inclusão.

Assessoria Jurídica

Formada por advogadas e especialistas, garante segurança normativa às ações da Secretaria, acompanha processos estratégicos e fortalece a institucionalização das políticas de gênero, raça e diversidade.



Equipe de Apoio Operacional

Motoristas, técnicos e auxiliares de serviços gerais garantem logística, manutenção e funcionamento dos equipamentos, base indispensável para que a política aconteça no território.



Gerência de Direitos Humanos

Área responsável pela articulação transversal das agendas de direitos, promovendo diálogo institucional e integração com demais políticas públicas.

AÇÕES COM BASE LEGAL SÓLIDA

Segurança jurídica a serviço da equidade de gênero e dos direitos humanos

Por trás de cada programa lançado, de cada decreto publicado e de cada política estruturada na SEMDH, existe um trabalho técnico silencioso, mas decisivo: a atuação do setor jurídico.

À frente dessa construção, a advogada Aline Rodrigues de Alencar destaca que o papel do jurídico vai muito além da análise formal de documentos. "Nossa missão é garantir que cada ação da Secretaria tenha base legal sólida, segurança administrativa e compromisso real com os direitos das mulheres e da diversidade", resume.

Nos últimos anos, o setor deixou de atuar apenas de forma reativa, respondendo a demandas pontuais, para assumir uma postura estratégica dentro da gestão. A equipe passou a participar ativamente da formulação de políticas públicas, contribuindo desde a elaboração de minutas de decretos e portarias até o acompanhamento jurídico de programas estruturantes voltados à promoção da igualdade de gênero e à defesa da diversidade.

LEI MARIA DA PENHA

Essa evolução se tornou ainda mais relevante em um cenário de constantes mudanças legislativas. Atualizações na legislação de proteção às mulheres, como os aprimoramentos na aplicação da Lei Maria da Penha e em outras normas relacionadas aos direi-



Aline Rodrigues de Alencar, advogada do setor Jurídico

tos humanos, exigem atenção permanente. O jurídico da SEMDH assumiu a responsabilidade de manter a Secretaria alinhada às normas constitucionais e infraconstitucionais mais recentes, antecipando riscos e orientando decisões com base técnica e sensibilidade social.

Internamente, também houve avanços importantes. Os fluxos de análise e emissão de pareceres se tornaram mais ágeis e aprofundados, oferecendo respaldo seguro às ações da pasta. Isso impacta diretamente a execução das políticas públicas, garantindo que programas e projetos voltados às mulheres e à população LGBTQIAPNB+ tenham sustentação jurídica consistente e duradoura.

Para Aline Rodrigues de Alencar, o maior resultado desse trabalho é a consolidação institucional. "Quando estruturamos bem os instrumentos legais, damos estabilidade às políticas públicas. Isso significa que elas deixam de depender apenas de conjunturas e passam a ser políticas de Estado", afirma.

O legado do setor jurídico, portanto, não se limita ao cumprimento da legalidade. Ele se expressa na construção de um ambiente administrativo mais justo, transparente e comprometido com a inclusão. Ao atuar com olhar atento às questões de gênero, raça e diversidade sexual, a equipe contribui para que os direitos não fiquem apenas no papel, mas se transformem em práticas efetivas dentro da gestão pública.

GUIAS, AÇÕES E PACTUAÇÕES DA SEMDH (2019–2024)

Estruturação de uma política pública com base legal, rede e capilaridade

PLANEJAMENTO E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

2025

Plano Estadual de Metas para o Enfrentamento Integrado da Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres

Instrumento que prevê a elaboração e a implementação de plano decenal de metas por eixos, da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Encontra-se em fase de publicação de Decreto, consolidando a política como compromisso de Estado.



2024

Plano Estadual de Políticas Públicas LGBTQIAPNB+ da Paraíba

Instrumento estruturante da política estadual LGBTQIAPNB+, com diretrizes, metas e responsabilidades institucionais. Encontra-se em fase de publicação de Decreto, consolidando a política como compromisso de Estado.



2024

Regimento Interno da REAMCAV -
06 de julho de 2024 (DOE PB)

Institui oficialmente o funcionamento da Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Sexual, fortalecendo fluxos, responsabilidades e integração entre órgãos.

PROTEÇÃO, ACOLHIMENTO E EMERGÊNCIA

2019

CENTRO DE REFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES DO CARIRI MARIA ELIANE PEREIRA DOS ANJOS

Atende mulheres por meio de parceria do Governo do Estado com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Cariri Ocidental.

ABRANGÊNCIA: 17 municípios da região do Cariri.

2022

CASA DE ACOLHIMENTO IRENE DE SOUSA ROLIM (SOUSA)

Atende mulheres em situação de violência doméstica no Sertão.

Abrangência: 223 municípios da Paraíba.

2022

CASA CRIS NAGÔ

Instituída para acolhimento da população LGBTQIAPNB+ em situação de rua, abandono ou violência.

2022

ABRIGO PROVISÓRIO NA PANDEMIA

Parceria com Instituto Avon e sociedade civil para proteção emergencial.

2022

RENOVAÇÃO FACILITADA DE MEDIDAS PROTETIVAS

Parceria com o TJPB para garantir proteção durante o isolamento social na pandemia de Covid-19 (Lei nº 11.340/2006).

2022

DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS ALIMENTARES

Apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade na pandemia.

AUTONOMIA ECONÔMICA E EMPREGABILIDADE

Programa Empreender Mulher (2019-2025)

1.383 CONTRATOS FIRMADOS

R\$ 9.058.625,00 INVESTIDOS

Maior volume já aplicado na
linha desde sua criação.



Parcerias de Empregabilidade

- **AeC** – vagas para mulheres atendidas pela rede
- **Educa Nexus** – bolsas de estudo para mulheres e LGBTQIAPNB+
- **Aliança Empreendedora** – capacitação via plataforma “Tamo Junto”

GUIAS, PUBLICAÇÕES E INSTRUMENTOS TÉCNICOS

2024

GUIA DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: DIRETRIZES PARA UMA COBERTURA RESPONSÁVEL

Diretrizes para uma cobertura responsável da imprensa, promovendo ética, proteção às vítimas e combate à revitimização.

2024

GUIA DA REDE DE ENFRENTAMENTO E ATENDIMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL

Organiza serviços, fluxos e contatos da rede estadual.

2023

CARTILHA LGBTQIAPNB+

Instrumento educativo de orientação sobre direitos e enfrentamento à LGBTQIAPNB+fobia.

2023

GUIA DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Guia especializado contendo conceitos sobre os tipos de racismo, locais e importância da denúncia.

2020

CARTILHAS TEMÁTICAS

- Violência Obstétrica
- Enfrentando a Violência Doméstica em Tempos de Pandemia

2021

E-BOOK DO PROTOCOLO DE FEMINICÍDIO

Documento orientador para investigação e julgamento com perspectiva de gênero.

LEIS E MARCOS LEGAIS ESTRUTURANTES

> LEIS

● 2025 - LEI Nº 13.828/2025

Dispõe sobre a alteração do nome da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), passando a ser SECRETARIA DE ESTADO DAS MULHERES E DA DIVERSIDADE HUMANA.

● 2025 - LEI Nº 14.198/2025

Cria e regulamenta o Programa Integrado Patrulha Maria da Penha (PIPMP) no Estado da Paraíba, e dá outras providências

● 2025 - LEI Nº 13.958/2025

Incluiu a Secretaria de Estado das Mulheres e da Diversidade Humana como membro do Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (CONESDS).

● 2024 - LEI Nº 13.507/2024

Institui o Pacto Estadual de Prevenção aos Femicídios.

● 2024 - LEI Nº 13.506/2024

Normatiza denominação de instituições públicas em territórios indígenas, quilombolas e ciganos.

● 2021 - LEI Nº 12.048/2021

Cria o Programa Dignidade Menstrual.

● 2021 - LEI Nº 12.069/2021

Reserva vagas para população negra em concursos estaduais.

> DECRETOS (2019-2025)

2025

● **DECRETO Nº 47.626/2025 (16 DEZ 2025)** – Cria o Comitê Estadual de Diversidade Religiosa no Estado da Paraíba - CEDR/PB.

● **DECRETO Nº 46.874/2025 (25 JUL 2025)** – Cria o Selo Prefeitura pela Equidade Étnico-Racial.

● **DECRETO Nº 46.455/2025 (16 ABR 2025)** – Reconhece a existência, a contribuição e os direitos dos povos e comunidades tradicionais, e declara a inestimável contribuição da diversidade cultural dos povos e comunidades tradicionais para a formação da sociedade paraibana.

● **DECRETO Nº 46.456/2025 (16 ABR 2025)** – Institui e inclui os Jogos Indígenas da Paraíba no Calendário Oficial de Eventos do Estado da Paraíba.

2024

● **DECRETO Nº 44.861/2024 (16 MAR 2024)** – Obrigatoriedade do Violentômetro em órgãos públicos (Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha).

● **DECRETO Nº 44.860/2024 (13 ABR 2024)** – Procedimentos para apuração de assédio moral e sexual na administração estadual.

● **DECRETO Nº 44.862/2024 (16 MAR 2024)** – Regulamenta a Lei nº 14.133/2021 (Licitações): percentual mínimo de mulheres vítimas de violência em contratos públicos e critério de desempate por equidade de gênero.

● **DECRETO Nº 45.565/2024 (27 SET 2024)** – Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM-PB).

2023

● **DECRETO Nº 43.477/2023 (09 MAR 2023)** – Cria Grupo de Trabalho Interinstitucional para políticas às mulheres do campo.

● **DECRETO Nº 43.478/2023 (09 MAR 2023)** – Aprova o Regimento Interno da SEMDH.

2022

● **DECRETO Nº 42.633/2022 (22 JUN 2022)** – Institui a Casa de Acolhida Cris Nagô (LGBTQIAPNb+).

2021

● **DECRETO Nº 41.071/2021 (09 MAR 2021)** – Plano de Aplicabilidade do Protocolo de Femicídio.

● **DECRETO Nº 42.093/2021 (21 DEZ 2021)** – Regulamenta a Lei nº 12.048/2021 – Programa Dignidade Menstrual

2020

● **DECRETO Nº 40.752/2020 (20 NOV 2020)** – Cria o Centro de Referência João Balula (Racismo e Intolerância Religiosa).

2019

● **DECRETO Nº 39.307/2019 (20 JUL 2019)** – Selo Social Prefeitura Parceira das Mulheres.

● **DECRETO Nº 39.343/2019 (08 AGO 2019)** – Cria o Programa Integrado Patrulha Maria da Penha.

LEIS E MARCOS LEGAIS ESTRUTURANTES

> PORTARIAS

2024

- **PORTARIA 005/2024 (19 SET 2024)** – Regimento Interno da Casa Cris Nagô.
- **PORTARIA 004/2024 (13 ABR 2024)** – Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio.

2023

- **PORTARIA 004/2023 (09 MAR 2023)** – Regulamenta Fórum de Gestores Municipais das OPMs.
- **PORTARIA Nº 209/2023 (21 OUT 2023)** – Regulamenta o Fórum Estadual de Gestoras/es de OPMs.

2022

- **PORTARIA 001/2022 (01 FEV 2022)** – Atendimento à população migrante, refugiada e apátrida (Centro João Balula).

> ACORDOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO

2019

- **COOPERAÇÃO SEMDH + TJPB** – Implantação da Patrulha Maria da Penha.

2022

- **ACORDO DE ESTÁGIO** – SEMDH e UFPB.

2023

- **TCT Nº 002/2023** – SEMDH, OAB/CG e Alerta Serviços (empregabilidade e garantia de direitos).
- **ACT Nº 013/2023** – SEMDH e TRT 13ª Região (CIJUS).
- **ACT Nº 2234.11.0123** – SEMDH e UFPB (atendimento psicanalítico LGBTQIAPNb+).

2024

- **ACT Nº 4106219/2024** – Ministério das Mulheres, SEMDH e MPPB (fluxo Ligue 180).
- **ACT Nº 002/2024** – Aliança Empreendedora (capacitação em gestão).
- **ACT Nº 003/2024** – Segurança Pública (igualdade racial e combate ao racismo).
- **ACT Nº 001/2024** – Segurança, TJPB e SEMDH (Patrulha Maria da Penha).
- **ACT Nº 004/2024** – Iguais Associação LGBTQ+ (combate à LGBTQIAPNb+fobia).
- **ACT Nº 011/2024** – SECTIES e SEMDH (Museu da Diáspora Negra – FAPESQ).

> TERMO DE PROTOCOLO

2020

- **PROTOCOLO Nº 001/2020** – Prestação de mão de obra prisional (reeducandos/as).

> PROTOCOLO DE INTENÇÕES

2024

- **PROTOCOLO 01/2024 – SEMDH E SEJEL** – Implementação do Plano Juventude Negra no Estado da Paraíba.

> EM TRAMITAÇÃO

Implantação da Casa da Mulher Brasileira (João Pessoa e Patos)

Projeto de Lei para criação de cargos da SEMDH e realização de concurso público

> COOPERAÇÕES E ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS

PARCERIAS COM:

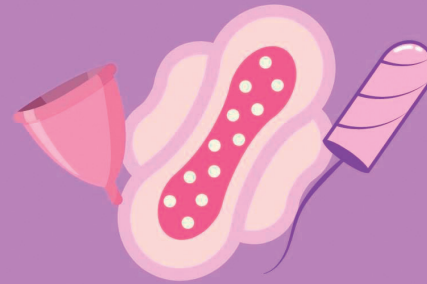
- TJPB
- Ministério das Mulheres
- MPPB
- TRT 13ª Região
- UFPB
- OAB
- Secretaria de Segurança
- SECTIES
- Iguais Associação LGBTQ+
- Aliança Empreendedora, Avon, META
- SEJEL (Plano Juventude Negra) e Secretaria de Educação

PROGRAMA DIGNIDADE MENSTRUAL

Instituído pela Lei nº 12.048/2021
e regulamentado pelo Decreto nº 42.093/2021.

Política permanente de enfrentamento
à pobreza menstrual no estado.

PROGRAMA DIGNIDADE MENSTRUAL NA PARAÍBA



SECRETARIA DE ESTADO
DA MULHER E DA
DIVERSIDADE HUMANA



Somos todos
PARAÍBA
Governo do Estado

CAMPANHAS E MÍDIAS

COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO E MOBILIZAÇÃO

A comunicação institucional tornou-se eixo estruturante da política pública, ampliando o alcance das ações e fortalecendo a cultura de direitos.

Campanhas Temáticas Permanentes

- “Meu Corpo Não é Sua Folia” – Carnaval
- “Não é Não” – São João
- **Março das Mulheres** – Mobilização estadual
- **Agosto Lilás** – Enfrentamento à violência doméstica
- **16+5 Dias de Ativismo** – Campanha internacional pelo fim da violência contra as mulheres
- **Dia da Visibilidade Trans** e campanhas de enfrentamento à LGBTQIAPNB+fobia
- **Campanha Novembro Negro** de enfrentamento ao racismo e contra a intolerância religiosa com ações educativas.





PRESENÇA NA MÍDIA

- Ampliação da cobertura institucional na imprensa estadual.
- Participação constante em entrevistas, debates e programas especiais.
- Produção de materiais gráficos, vídeos educativos e conteúdos digitais.
- Fortalecimento das redes sociais como canal de informação e orientação.
- Comunicação integrada como instrumento de prevenção, orientação e fortalecimento da rede.



SECRETARIA DE ESTADO
DAS MULHERES E DA
DIVERSIDADE HUMANA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

Governador

João Azevêdo Lins Filho

Vice-governador

Lucas Ribeiro Novais de Araújo

Realização

Secretaria das Mulheres e da Diversidade Humana da Paraíba

Secretária das Mulheres e da Diversidade Humana da Paraíba

Lídia Moura

Edição e Produção de Textos

Janaína Lúcia de Araújo

Projeto Gráfico e Revisão

Forma Comunicação

Diagramação e Editoração Eletrônica

Ricardo Araújo

Fotografias

Adriano Franco, Secom-PB e Arquivo da SEMDH - PB

Paraíba - Março de 2026

**SECRETARIA DE ESTADO
DAS MULHERES E DA
DIVERSIDADE HUMANA**



**GOVERNO
DA PARAÍBA**